CONJUNTURA DA CONSTRUÇÃO
Ano XIII | nº 2 | JUNHO2015

POR UM NOVO CENÁRIO SETORIAL



DESAFIOS DA INFRAESTRUTURA NO BRASIL

O ALTO CUSTO DA INEFICIÊNCIA BUROCRÁTICA

O FATOR HUMANO DA PRODUTIVIDADE

MAIS INDUSTRIALIZAÇÃO NAS OBRAS

SONDAGEM
PESSIMISMO RECORDE

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
IBRE Instituto Brasileiro de Economia

SindusCon SP
o Sindicato da Construção

NESTA EDIÇÃO

4 **POR UM NOVO CENÁRIO SETORIAL**
O FINANCIAMENTO DOS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA NO BRASIL

8 **DESAFIO DA PRODUTIVIDADE**
O ALTO CUSTO DA INEFICIÊNCIA

11 **CAPACITAÇÃO**
O FATOR HUMANO DA PRODUTIVIDADE

14 **DESAFIO REGULATÓRIO**
O HORIZONTE DA INDUSTRIALIZAÇÃO

17 **SONDAGEM DA CONSTRUÇÃO**
CENÁRIO SOMBRIO

19 **CONJUNTURA**
FREADA DRÁSTICA

21 **INDICADORES**
CUSTOS SETORIAIS DIMINUEM RITMO

A Conjuntura da Construção está disponível para download nos sites:
www.construdata.com.br
www.sindusconsp.com.br

CONJUNTURA DA CONSTRUÇÃO

Conjuntura da Construção é uma publicação trimestral conjunta do **SindusCon-SP** e da **FGV**. É permitida a reprodução total ou parcial da publicação.
Vice-presidente de Economia do SindusCon-SP: Eduardo May Zaidan
Editores: Ana Maria Castelo e Edney Cielici Dias (executivo)
Colaboraram nesta edição: Denise Inoue, Laurent Broering, Roseane Petronilo, Robson Gonçalves, Sérgio Camara Bandeira
Produção Gráfica: Lucia Paiva
Ilustração da capa e infográficos: Mario Kanno
Fotos: Thinkstock
Jornalista Responsável: Rafael Marko. MTE 12522
Publicidade: Ana Maria Castelo, Tel.: (11) 3799 2371, Fax: (11) 3799 2375,
e-mail: ana.castelo@fgv.br. Av Paulista 548 - 6º andar, São Paulo - SP, 01310-000, Tel.: (11) 3799 2371 / 2356

SindusCon SP Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo

Presidente: José Romeu Ferraz Neto
Vice-presidentes: Eduardo Carlos Rodrigues Nogueira, Eduardo May Zaidan, Francisco Antunes de Vasconcellos Neto, Haruo Ishikawa, Jorge Batlouni, Luiz Antônio Messias, Luiz Claudio Minnitti Amoroso, Maristela Alves Lima Honda, Maurício Linn Bianchi, Odair Garcia Senra, Paulo Rogério Luongo Sanchez, Roberto José Falcão Bauer, Ronaldo Cury de Capua
Representantes junto à Fiesp: Eduardo Ribeiro Capobianco, Sergio Porto,Cristiano Goldstein, João Claudio Robusti
Diretores Regionais: Elias Stefan Junior (Sorocaba), Fernando Paoliello Junqueira (Ribeirão Preto), Germano Hernandes Filho (São José do Rio Preto), Márcio Benvenutti (Campinas), Mario Cézar de Barros (São José dos Campos), Paulo Edmundo Perego (Presidente Prudente), Ricardo Aragão Rocha Faria (Bauru) Ricardo Beschizza (Santos), Sergio Ferreira dos Santos (Santo André)
SindusCon-SP: Rua Dona Veridiana 55, São Paulo - SP, 01238-010,
Tel.:(11) 3334 5642, Fax: (11) 3224 0566 R. 306, www.sindusconsp.com.br

FGV IBRE

Instituto Brasileiro de Economia
Diretoria: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Vice-Diretoria: Vagner Laerte Ardeo
Superintendência de Clientes Institucionais: Rodrigo de Moura Teixeira
Superintendência de Produção de Bens Públicos: Vagner Laerte Ardeo
Superintendência de Estudos Econômicos: Marcio Lago Couto
Superintendência de Planejamento e Organização: Vasco Medina Coeli
Controladoria: Regina Célia Reis de Oliveira

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 3799 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes.
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal.
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella.
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal.
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sérgio Franklin Quintella.
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr.,Roberto Paulo Cezar de Andrade.
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto.
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis , Ary Oswaldo Mattos Filho, Dante Letti (Souza Cruz S.A.), Carlos Moacyr Gomes de Almeida , Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Tarso Genro (Estado do Rio Grande do Sul), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Mauro Sérgio da Silva Cabral (IRB-Brasil Resseguros S.A.), Tomas Brizola (Banco BBM S.A.).
Suplentes: Aldo Floris, Emerson Furtado Lima (Brookfield Brasil LTDA), Luiz Roberto Nascimento Silva, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Murilo Pinto de Oliveira Ferreira (Vale S.A.), Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.), Victorio Carlos de Marchi.

Reconstrução

A situação do Brasil, todos sabem, é delicada. Aos problemas econômicos, acrescentam-se incertezas institucionais e polarizações que dificultam o diálogo de superação da crise. O setor da construção, com certeza, é um dos que mais se ressentem. Orçamentos governamentais comprometidos rebatem diretamente em adiamentos e paralisações de obras. O crédito mingua, torna-se mais caro e menos acessível. Assim, não chega a ser surpresa – embora seja assustador – que a percepção dos empresários da construção em relação ao desempenho de suas empresas tenha atingido patamar inferior à média de 1999, de desalentadora memória, conforme mostra a Sondagem da Construção (págs. 17 e 18).

O justificado pessimismo, no entanto, não pode ocupar o espaço de um setor fundamental para o crescimento econômico verificado nos anos recentes, fruto de investimentos e oportunidades construídas com diálogo. Não há legitimidade para os que apostam no quanto pior, melhor. A sociedade clama por comprometimento, pois o desemprego – algo que parecia extinto no passado recente – assume feição e protagonismo. O momento é, antes de tudo, de reconstruir agendas, entendimentos e trajetórias de trabalho.

Esta edição traz várias contribuições nesse sentido. As condições necessárias para o investimento em infraestrutura é uma delas. O modelo de crescimento baseado em consumo havia se exaurido havia alguns anos e hoje é uma impossibilidade. O Brasil precisa da infraestrutura para gerar empregos e reduzir seus gargalos de produção. O país precisa de racionalização burocrática, de trabalhadores qualificados, de técnicas construtivas ainda mais modernas e industrializadas. O Brasil precisa de esperança.

Que este estado de espírito comece a se espalhar nas entidades representativas do empresariado e dos trabalhadores. Que o entendimento frutifique junto aos Poderes da República. Que possamos, sobretudo, superar logo tudo isso.

Boa leitura.

Frase



VISÃO EXTERNA

"Qualquer um que olhasse para o sistema financeiro brasileiro, com suas taxas de juros altíssimas, diria: 'Não surpreende o fato de vocês não crescerem'. É preciso reformar o setor financeiro. Não há razão para o Brasil não crescer e, principalmente, para haver aumento do desemprego. Vocês têm excesso de capacidade em determinadas áreas, mas a questão é o que está gerando inflação, quais são os gargalos e como solucioná-los."

Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de Economia, no Valor Econômico de 26 de junho.

O FINANCIAMENTO DOS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA NO BRASIL

A retomada dos investimentos foi inferior ao necessário para repor a depreciação de estoque

Luísa de Azevedo

O Brasil tem enormes carências na área de infraestrutura, em especial de transportes, de acordo com o Global *Competitiveness Report 2014-2015*, do World Economic Forum. Ao comparar a qualidade da infraestrutura de 144 países, aparecemos em 122º em estradas e portos, 113º em aeroportos, 95º em ferrovias e 89º em oferta de eletricidade. O desempenho em telecomunicações é melhor: ocupamos a 51ª posição em número de linhas fixas e a 37ª em assinaturas de celular. Contudo, a tarifa da telefonia móvel é alta para um país com o nosso nível de renda (World Economic Forum e Insead, 2014 e ITU, 2014).[1]

Em que pese o aumento da demanda, esse quadro é fruto do baixo investimento em infraestrutura no Brasil ao longo dos últimos 35 anos, em particular a partir da década de 1990. Nos anos 1970, essas inversões ficaram, em média, em 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB). Na década de 1980, marcada pela aceleração inflacionária e a crise no balanço de pagamentos, essa taxa caiu para 3,6%. E, mesmo com a estabilização da economia, os investimentos em energia, transportes, telecomunicações e saneamento básico ficaram em torno de 2,2% do PIB nos 20 anos subsequentes (Frischtak e Davies, 2014a).

Precisaríamos investir entre 4% e 5% do PIB – o dobro do que é investido atualmente – por um longo período de tempo para sermos capazes de modernizar a infraestrutura do país.

Ciente da necessidade de impulsionar o investimento em infraestrutura no país, o governo deu início, em 2007, ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), reeditado em 2011. O PAC aumentou a quantia investida na área de 1,8% do PIB, em seu ano inicial, para 2,45%, em 2013 (Frischtak e Davies, 2014a,b). Porém, esse percentual ainda é inferior ao necessário para repor a depreciação do estoque existente (cerca de 3% do PIB) e está muito aquém do requerido para que alcancemos nossos pares. Estima-se que precisaríamos investir entre 4% e 5% do PIB – o dobro do que é investido atualmente – por um longo período de tempo para sermos capazes de modernizar a infraestrutura do país.

Na primeira edição do PAC, apostou-se no setor público como força motriz desse processo. Porém, devido a problemas de planejamento e à má qualidade dos projetos básicos e executivos, o PAC não teve o desempenho esperado. Assim, a despeito de não esbarrar em limitações financeiras, o programa resultou num baixo retorno por real gasto. Diante dessa constatação, o governo de continuidade optou por dar maior protagonismo ao setor privado, lançando, em 2012, um amplo pacote de concessões por meio do Programa de Investimento em Logística (PIL).

1 Embora essas pesquisas tenham alguns problemas metodológicos (Vivo e Teleco, 2010), imagina-se que afetem igualmente todos os países pesquisados. Não obstante, é verdade que as altas tarifas se devem, em parte, a questões estruturais como a desigualdade de renda e a estrutura tributária brasileiras.



Mas tampouco o PIL pode ser considerado um caso de sucesso. Dentre as concessões previstas, foram realizadas apenas aquelas referentes aos aeroportos do Galeão (RJ) e de Confins (MG), a seis lotes de rodovias (a maioria no Centro-Oeste) e, mais recentemente, à Ponte Rio-Niterói (RJ). O programa não avançou nos setores ferroviário e portuário.[2] A performance insatisfatória do PIL está associada ao fato de que o governo não conseguiu equacionar o difícil dilema entre modicidade tarifária e taxas de retorno compatíveis com as de mercado.

Desse modo, as condições propostas resultaram em níveis de rentabilidade abaixo dos que os empresários estavam dispostos a aceitar. Em alguns casos, o setor privado reagiu subinvestindo em melhorias na infraestrutura (duplicação de rodovias, por exemplo), o que levou o governo a incluir determinados compromissos nos contratos de concessão seguintes. Em outros, o investimento simplesmente se tornou desinteressante para a iniciativa privada, como no caso do leilão inicial da BR-262, entre o Espírito Santo e Minas Gerais, em que não apareceram candidatos.

Grosso modo, o que faz com que a taxa de retorno exigida pelo setor privado seja elevada no Brasil é o alto custo do capital no país, que lidera o ranking mundial de juros reais. Os motivos são incertos, mas, no que diz respeito à área de infraestrutura, pode-se argumentar que a baixa qualidade dos projetos, a instabilidade regulatória e a insegurança jurídica aumentam o prêmio de risco demandado pelos empresários. Para atraí-los, o governo optou por uma estratégia de estímulo aos investimentos em infraestrutura calcada no financiamento público subsidiado, mesmo caminhando em direção a uma maior participação do setor privado.

Predominância dos recursos do governo

Em 2012, quase dois terços dos recursos investidos na área vieram do governo, sendo metade de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Outras fontes públicas foram o orçamento da União e dos Estados, o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS), a Caixa Econômica Federal e empréstimos de organismos internacionais avalizados pelo Tesouro Nacional (Frischtak e Davies, 2014a). Do lado privado, destaca-se o capital próprio das empresas (25% do total) e as debêntures para investimentos (8%).

Para levar a cabo essa ofensiva, foram necessários aportes significativos do setor público – tanto diretos, do orçamento dos governos, quanto indiretos, do Tesouro no BNDES e na Caixa, que, por sua vez, concederam empréstimos a taxas subsidiadas para a iniciativa privada. Essas operações elevaram gradativamente a dívida bruta do Governo Geral

2 O marco regulatório das ferrovias tem sido fortemente criticado; em especial, argui-se que a Valec não estará apta a comprar toda a capacidade de transporte ofertada pelos operadores da infraestrutura de trilhos, como pensado inicialmente. Os investimentos em portos, por sua vez, ficaram paralisados porque o modelo de concessão foi questionado pelo TCU.

(União, Estados e municípios). Num cenário de baixo crescimento e em meio a um ciclo de aumento da taxa de juros, o dispêndio de tamanho montante de recursos, sem retorno correspondente, tornou-se inviável.

Assim, a restrição fiscal enfrentada atualmente pelo setor público brasileiro impõe uma mudança em sua atuação no financiamento dos projetos de infraestrutura. Sabemos que a presença do Estado é indispensável, dado o caráter indivisível de grande parte dos projetos, a existência de externalidades (efeitos indiretos, positivos ou negativos, sobre terceiros) e o alto grau de essencialidade dos serviços de infraestrutura. Porém é necessária uma alteração na composição dos investimentos na área, com maior peso da iniciativa privada. O envolvimento de atores privados é interessante, também, para aumentar a eficiência no uso de recursos. Os mecanismos de mercado favorecem a seleção dos melhores projetos, ou seja, aqueles que têm alta probabilidade de serem concluídos e boa razão custo-benefício.

O governo já sinalizou que o BNDES financiará no máximo metade de cada projeto que comporá o novo pacote de concessões que está em gestação – no qual, segundo as informações veiculadas, serão contemplados pelo menos três aeroportos (em Porto Alegre, Salvador e Florianópolis), o arrendamento de terminais e o serviço de dragagem em portos públicos, um apanhado de lotes de rodovias (da BR-163 e BR-364, entre outras) e, possivelmente, algum trecho da Ferrovia Norte-Sul. O banco chegou a financiar 80% dos investimentos nos aeroportos concedidos no âmbito do PIL, por exemplo.

Além disso, apenas 25% do total dos empréstimos terão como referência a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que vigora abaixo da taxa de juros de mercado. A ideia é permitir que esse percentual chegue ao teto do financiamento, de 50%, se houver emissão de debêntures associadas ao investimento em infraestrutura. Embora haja a possibilidade de alterar esses percentuais no caso de projetos considerados estratégicos, fica claro que o governo está buscando reduzir os subsídios – a TJLP, hoje em 6% ao ano, subiu um ponto percentual desde o final de 2014 – e estimular, em contrapartida, o mercado de capitais.

A performance insatisfatória do PIL está associada ao fato de que o governo não conseguiu equacionar o difícil dilema entre modicidade tarifária e taxas de retorno compatíveis com as de mercado.

Desenvolvimento de novos mercados

De fato, o que tem limitado o financiamento privado dos investimentos em infraestrutura é basicamente o desenvolvimento incipiente do mercado de capitais e de seguros no Brasil, além do já mencionado alto risco regulatório. O governo começou a incentivar a emissão e a compra de debêntures de infraestrutura em 2011, com a edição da Lei 12.431, complementada pela Lei 12.715/2012. Essas leis estabeleceram regras para que o papel passasse a ser isento de Imposto de Renda (IR). A resposta do mercado foi lenta, mas positiva: de acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), as emissões movimentaram R$ 5 bilhões em 2014. Contudo, até o momento, as debêntures incentivadas de infraestrutura não deslancharam por dois motivos: baixa liquidez no mercado secundário e altos riscos durante a fase de construção/implantação do projeto.

Quanto ao primeiro ponto, apesar da boa rentabilidade das debêntures de infraestrutura, seu reduzido grau de liquidez constitui um entrave para sua popularização, visto que os investidores brasileiros ainda não estão acostumados a papéis de prazo médio e longo (acima de dois anos). Para movimentar o mercado secundário de debêntures incentivadas e garantir sua liquidez, o governo tem estudado a criação de um fundo que seria responsável por comprar e vender uma determinada cota delas diariamente. Além disso, estão sendo formuladas novas alterações na legislação sobre o tema, como a simplificação das emissões e a ampliação do benefício fiscal.

No que diz respeito ao segundo aspecto mencionado, enquanto em diversos países os contratos são segurados através de *performance* e *completion bonds*, aqui faltam instrumentos financeiros que provejam garantias para as obras de infraestrutura, caracterizadas pela necessidade de aportes iniciais significativos e longo prazo de maturação. No Brasil, a fase crítica desses projetos é justamente a construção/implantação, quando dependem de licenças ambientais e desapropriações fundiárias, além de estarem sujeitos a mudanças que podem acarretar revisões tanto no cronograma quanto no orçamento. Depois de concluídos, há certa previsibilidade de receitas, pois a grande escassez de infraestrutura no país mantém a demanda em patamares razoáveis e estáveis, independentemente de oscilações econômicas conjunturais.



O desenvolvimento do mercado segurador seria particularmente importante para fomentar o financiamento via *project finance*, modalidade em que o pagamento do empréstimo é feito a partir do fluxo de caixa gerado pelo projeto, tendo seus próprios ativos como colateral. Uma vantagem dessa estrutura é que ela permite que os patrocinadores do projeto – acionistas da Sociedade de Propósito Específico (SPE), entidade jurídica autônoma constituída para operacionalizá-lo – isolem seu balanço corporativo, afrouxando a restrição financeira.

No contexto brasileiro, ainda é muito difícil estabelecer modelos de *project finance* puros, em que inexistem garantias para os investidores. Por isso, foi definido um desenho de *Equity Support Agreement*, em que os patrocinadores se comprometem a aumentar o capital próprio em até 20% do valor total da obra para cobrir eventuais problemas durante a construção. Para lidar com riscos não gerenciáveis (como questões políticas ou catástrofes naturais), criou-se a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (AGBF), que atua de forma complementar às seguradoras privadas. Todavia, o ideal é que esses compromissos sejam progressivamente deslocados para o setor privado.

No caso de projetos especialmente relevantes do ponto de vista socioeconômico, mas inviáveis em termos financeiros, uma possibilidade é estabelecer Parcerias Público-Privadas (PPPs) – concessões em que a exploração do serviço não é capaz de prover retorno adequado ao concessionário, cabendo ao Estado remunerá-lo parcial ou integralmente. Estradas com pouco fluxo de veículos, como algumas das que estão sendo consideradas para concessão atualmente, são um bom exemplo. Nesse caso, a contrapartida do setor público garantiria a rentabilidade do parceiro privado e tarifas mais acessíveis.

De todo modo, a redução dos subsídios e o correspondente aumento da participação de fontes de financiamento privadas no investimento em infraestrutura no Brasil fará com que o custo do capital fique próximo a seu valor de mercado. Para que isso não se reflita num expressivo aumento das tarifas cobradas dos usuários, o governo precisará encontrar outras vias para promover a modicidade. Incentivar a concorrência nas licitações e adotar medidas que reduzam o prêmio de risco exigido pelos investidores é uma boa saída.

Luísa de Azevedo é pesquisadora da FGV/IBRE.

Referências

Frischtak, C. e Davies, K. (2014a). O Investimento Privado em Infraestrutura e Seu Financiamento, em A. C. Pinheiro e C. Frischtak (org.), Gargalos e Soluções na Infraestrutura de Transportes, Ed. FGV, Rio de Janeiro.

Frischtak, C. e Davies, K. (2014b). As Perspectivas de Investimento em Infraestrutura 2014- 2018. Carta de Infraestrutura, ano 1, no 7, Inter. B Consultoria Internacional de Negócios.

ITU – International Telecommunication Union (2014). Measuring the Information Society. Geneva.

Moreira, E. (2010). Direito das Concessões de Serviço Público: Inteligência da Lei 8.987/1995 (Parte Geral). Sociedade Brasileira de Direito Público – sbdp/Malheiros Editores, São Paulo.

Vivo e Teleco (2010). As Tarifas de Telecomunicações Móveis no Brasil. Disponível em: <http://www.teleco.com.br/estudos/estudo_teleco_vivo_tarifas.pdf>.

World Economic Forum e Insead (2014). The Global Information Technology Report 2014. Geneva.

O ALTO CUSTO DA INEFICIÊNCIA

O excesso de burocracia permeia a história econômica e social do país e ajuda a explicar o atraso na comparação com outros países

José Carlos Martins

Se alguma burocracia é inevitável porque é necessária para o controle e segurança dos processos, seu excesso atinge diretamente a competitividade das empresas, gera elevadas perdas de recursos e tempo, estimula a corrupção e empurra parte da economia para a informalidade. A ineficiência decorrente do excesso de burocracia permeia a história econômica e social do país e ajuda a explicar as posições que alcançamos na comparação com outros países.

É inegável que a redução da burocracia contribuiria para melhorar a produtividade e aumentar os investimentos. Em tempo de pressões por alta dos custos de produção, baixo crescimento e restrições fiscais mais severas, o combate ao excesso de burocracia seria determinante para restabelecer a confiança de empresários e consumidores, criando as condições para a volta do crescimento sustentável da economia.

Reformas e o ciclo virtuoso

Não é exagero afirmar que o recente ciclo virtuoso do setor da construção se deu, em grande parte, por conta das reformas institucionais e do aperfeiçoamento dos processos burocráticos que possibilitaram a ampliação do crédito habitacional, a retomada de grandes obras em infraestrutura e a alocação de recursos orçamentários para a moradia de interesse social.

As empresas são obrigadas a conviver hoje com um elevado número de normas, regulamentações e com a pulverização dos serviços entre diversos órgãos públicos. O combate ao excesso de burocracia deve se tornar uma bandeira de toda a sociedade.

É importante perceber que, apesar das dificuldades conjunturais, não se pode perder a oportunidade de manter mobilizadas as estruturas produtivas que promovem o desenvolvimento econômico. Trata-se de um dos maiores ganhos do ciclo de crescimento que se encerra: temos hoje um grande número de empresas e de trabalhadores inseridos na economia formal, em condições de fomentar a geração de renda e de elevar a arrecadação tributária sem a necessidade de impor a criação de novos tributos ou o aumento de alíquotas.

O momento não pede maior retração da produção. Ao contrário, é justamente a queda do investimento produtivo que explica a recente retração do crescimento econômico e da receita tributária. Com uma sociedade ainda muito carente de bens e serviços, o Brasil não mostra problemas de demanda. E precisa avançar na ampliação da oferta por meio da melhoria da eficiência da gestão estatal e das condições de realizar negócios e investimentos.

Combate sem trégua

Neste sentido, o combate ao excesso de burocracia deve se tornar uma bandeira de toda a sociedade. As empresas são obrigadas a conviver hoje com um elevado número de normas, regulamentações e com a pulverização dos serviços entre diversos órgãos públicos. Há uma perda enorme de tempo e energia em atividades meio que poderiam estar sendo canalizadas para atividades fim.

Ao declarar guerra à burocracia, o país reduz seus custos internos e contribui para melhorar a produtividade e a competitividade da economia, ficando em condições de atrair novos investimentos, hoje direcionados para países que oferecem alternativas mais atraentes de negócios. E, como se sabe, é urgente elevar o volume dos investimentos estran-

AGENDA PARA REDUÇÃO DOS CUSTOS BUROCRÁTICOS



1

Engajar prefeituras de grandes cidades na implantação de melhores práticas, iniciando com pilotos em duas ou três cidades, com:
- segmentação da demanda
- simplificação, unificação
- gestão da eficácia dos processos de análise e aprovação de projetos imobiliários.

2

Divulgar de forma abrangente as melhores práticas nos processos de análise e aprovação de projetos imobiliários.

3

Desenhar modelo para a digitalização e centralização de registros de propriedade.

4

Alinhar os projetos apresentados pelas incorporadoras às prefeituras aos processos otimizados.

geiros diretos, principalmente em obras de infraestrutura, até como forma de melhorar o financiamento das contas externas.

Sob a ótica das contas públicas, pelo lado da receita, a redução da burocracia teria como resultado o aumento do volume de recursos investidos, além da redução do ciclo de produção, que permitiria adicionar maior valor à economia (por meio da eficiência do investimento), bem como elevar e acelerar a arrecadação tributária (em razão de um ciclo de obras mais curtas e com melhor aproveitamento).

Pelo lado das despesas, os processos mais eficientes tendem a exigir menor estrutura da máquina estatal, reduzindo a "despoupança pública" de um modelo excessivamente burocrático, que onera o setor produtivo e inibe a atividade econômica. Da mesma forma, fica mais fácil mitigar as chances de esquemas de facilitação dos trâmites processuais, típicos de sistemas burocráticos.

Ações que reduzam a burocracia e promovam a formalização de empresas e trabalhadores, bem como os investimentos produtivos, contribuem para melhorar a receita dos cofres públicos e elevar a competitividade das empresas, pois eliminam a concorrência desleal que impede os avanços tecnológicos e inovações como diferencial competitivo. As limitações financeiras para esse tipo de investimento, impostas por empresas concorrentes desleais, com estrutura de custos minorada pela informalidade, têm como resultado a redução da eficiência e da produtividade da economia, que representa um ônus para todos.

Por outro lado, após tornarem-se formais, as empresas passam a cumprir novos processos burocráticos para atender às inúmeras exigências legais, elevando seus custos e exigindo um enorme esforço administrativo. Portanto as dificuldades para uma empresa atuar na legalidade também são um forte indutor de clandestinidade.

400 dias por um alvará

Essa situação, além de trazer prejuízos financeiros para a sociedade e para o processo de desenvolvimento, projeta uma imagem negativa do Brasil no exterior. Levantamento do Banco Mundial divulgado em 2014 mostra que somos um dos países onde se leva mais tempo para obter alvarás de construção: 400 dias. Na

lista de 189 países analisados, ocupamos a posição número 130, perdendo posição para outras nações que competem diretamente por investimentos em construção e infraestrutura no mercado internacional.

Estudo realizado recentemente pela CBIC, sob o título O Custo da Burocracia no Imóvel, constata que o excesso de burocracia na construção civil e no mercado imobiliário aumenta em até 12% o valor final do imóvel para o consumidor final. Esse percentual equivale a R$ 18 bilhões por ano, considerando-se os financiamentos com recursos do FGTS e da caderneta de poupança, com base na média de unidades novas entregues anualmente. Esse custo extra onera a cadeia produtiva do setor e é pago por toda a sociedade.

O levantamento registra que a burocracia também aumenta o prazo de entrega da casa própria. Dos cinco anos que um imóvel financiado pelo FGTS pode levar para sair do papel, ou seja, para passar do projeto à entrega do habite-se, dois anos são consumidos apenas nos processos burocráticos. As empresas construtoras e incorporadoras enfrentam problemas de toda ordem, que vão desde o atraso na aprovação dos projetos pelas prefeituras, falta de padronização dos cartórios, falta de clareza nas avaliações das licenças ambientais, até mudanças na legislação que atingem obras já iniciadas e alterações nos planos diretores e de zoneamento.

O mesmo é verificado em obras no segmento de infrestrutura. Estudo realizado para a Confederação Nacional da Indústria (CNI) por Armando Castelar (FGV-IBRE) relaciona os problemas de ordem burocrática que afetam o desempenho do setor. Por exemplo, a demora na obtenção de licenças ambientais e de desapropriações, assim como a falta de parâmetros nas negociações e compensações, tornando ineficiente o modelo em vigor.

Os processos mais eficientes tendem a exigir menor estrutura da máquina estatal, reduzindo a 'despoupança pública' de um modelo excessivamente burocrático que onera o setor produtivo e inibe a atividade econômica.

Em todos os casos, vale o jargão de que o maior custo da burocracia é o da não realização do empreendimento. Quando isso acontece, deixa-se de proporcionar um benefício inestimável para a população, que seguirá convivendo com limitações na oferta de moradias e obras de infraestrutura.

Luz no fim do túnel

Assim, o esforço em favor da desburocratização – ou melhor, do aumento da eficiência burocrática – pode contribuir para a retomada do crescimento da economia e para que sejam cumpridas, mais rapidamente, as metas do ajuste fiscal. Outra consequência positiva é que conseguiremos reduzir o impacto negativo, e por vezes devastador, de um período prolongado de retração das atividades, proporcionando aos brasileiros a perspectiva de uma luz no fim do túnel em prazo relativamente curto.

Qualquer agenda propositiva para reduzir a burocracia deve ter como foco a racionalização e a eficiência dos processos. Veja-se, por exemplo, a experiência emblemática dos avanços burocráticos ocorridos na Caixa Econômica Federal e outros agentes públicos no lançamento do Programa Minha Casa, Minha Vida, fruto da vontade política de eliminar travas construídas ao longo de anos e que não se justificavam mais. Afinal, somos um país com grandes carências na área de habitação popular.

Nesse sentido, a CBIC propõe que as melhores práticas na análise e aprovação dos projetos se tornem referência nacional. Relacionamos algumas: a padronização e revisão das legislações municipais, estaduais e federais; a informatização dos sistemas de acompanhamento e controle dos projetos; a criação de câmaras de reavaliação dos procedimentos burocráticos, com a participação dos agentes privados e públicos, para dinamizar os processos e racionalizá-los. Será necessário também aumentar a presença do setor privado no setor por meio de novos modelos de concessão e parcerias público-privadas, que garantam a realização de leilões competitivos e com a participação de um número maior de empresas.

Certamente, só poderemos imaginar um novo ciclo virtuoso de crescimento econômico se houver, ao mesmo tempo, avanços significativos na estrutura de governança no setor público. Em outras palavras, os governos – nos diferentes níveis – devem estar conscientes de que não se pode ampliar consideravelmente a atividade produtiva sem melhorar o desempenho da gestão, ou seja, num quadro de ineficiência burocrática. Nesse sentido, um marco importante e que representaria uma sinalização positiva para os investidores seria a adoção de uma agenda de reformas microeconômicas, capazes de tornar os processos mais eficientes, acessíveis e de execução mais simples.

José Carlos Martins é presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC).

O FATOR HUMANO DA PRODUTIVIDADE

A questão tem que ser enfrentada em múltiplas frentes

Haruo Ishikawa

Um dos fatores mais importantes para a elevação da produtividade na construção é o elemento humano. Essa percepção, retirada de minha vivência de mais de 30 anos em canteiros de obras, não se restringe apenas ao Brasil. Ela foi novamente confirmada por uma pesquisa divulgada em abril pela Economist Inteligence Unit com profissionais de 250 empresas do setor no mundo.

Segundo a pesquisa, 35% dos entrevistados apontaram a falta de bons profissionais como o maior obstáculo para a indústria da construção ganhar competitividade, enquanto 29% referiram-se a cláusulas contratuais como a segunda maior dificuldade do setor. Dos entrevistados, 42% trabalham em empresas com faturamento anual superior a US$ 500 milhões e 23% ocupam posições em companhias que faturam mais de U$ 1 bilhão.

Atento à questão da produtividade, e diante da imperiosa necessidade de incrementá-la nas construtoras, o **SindusCon-SP** tem intensificado os seminários, cursos e palestras voltados ao tema, que vem realizando desde os anos 90.

A novidade mais recente da entidade é o curso-piloto do Programa Lean Construction. Em vez de somente estudarmos o que pode ser aprimorado em nossos processos construtivos – o que já vimos fazemos incessantemente no sindicato e em nossas empresas –, desta vez estamos analisando a gestão desses processos, para observar o que pode ser melhorado na otimização de cada fase do planejamento e da execução das obras, com incremento da qualidade e redução de custos, desperdícios e prazos de execução.

Estamos analisando a gestão de processos, para observar o que pode ser melhorado na otimização de cada fase do planejamento e da execução das obras, com incremento da qualidade e redução de custos, desperdícios e prazos de execução.



Com esse curso-piloto, o sindicato espera oferecer em breve a suas associadas um programa de formação de especialistas em Lean Construction que sejam capazes de: diagnosticar oportunidades de melhoria por meio de mapeamento da cadeia de valor das construtoras; identificar projetos de melhoria para reduções de custo e aumento da produtividade; coordenar equipes Kaizen para desenvolver os projetos de melhoria em suas empresas, a fim de tornar os processos mais ágeis, contínuos e enxutos; capacitar equipes internas nas ferramentas do Lean Construction; liderar o programa em suas construtoras e atuar como agentes de mudança na transformação cultural da empresa para o modelo de Gestão Lean.

Esse programa está sendo conduzido pela Comissão de Produtividade e Gestão do CTQ (Comitê de Tecnologia e Qualidade)



do **SindusCon-SP**, que também trabalha no desenvolvimento de outras duas linhas de ação: uma voltada à promoção do incremento da produtividade na cadeia da construção e outra dirigida diretamente à elevação da produtividade dentro do canteiro de obras.

Eventos de disseminação e Norma de Desempenho

A iniciativa vem se juntar aos já conhecidos três eventos anuais tradicionalmente realizados pelo **SindusCon-SP**: os Seminários de Tecnologia de Estruturas, de Sistemas Prediais e de BIM (Modelagem da Informação da Construção), todos voltados a mostrar aos empresários e principais executivos das construtoras as últimas novidades em cada um desses segmentos e debater com especialistas a superação de dificuldades em projetos e execução das obras.

Nesse particular, iniciamos as atividades da Academia BIM, voltada à formação de profissionais para uma utilização cada vez mais intensa desta ferramenta pelas construtoras e seus fornecedores.

A esses eventos, está se somando neste ano um seminário com o objetivo de debater os avanços e as necessidades da cadeia produtiva da construção para a implementação plena da Norma de Desempenho de Edificações, que trouxe um notável salto de qualidade para o setor.

Diferentemente das normas técnicas normalmente em uso, a de Desempenho conseguiu esse feito por estabelecer patamares mínimos de performance estrutural, acústica, lumínica, térmica e hidráulica das edificações e de seus sistemas, com a correspondente vida útil projetada. Isto obriga tanto construtores como seus fornecedores ao atendimento das normas técnicas em vigor, bem como à criação de produtos que atendam aquelas exigências.

MBA da Construção e cursos de capacitação

Saindo um pouco da esfera técnica, o **SindusCon-SP** oferece, em parceria com a **FGV**, o MBA da Construção para o nível da mais alta administração das construtoras. O curso proporciona uma ampla visão sobre o negócio de longo prazo da construção e amplia os horizontes dos alunos –empresários, executivos, engenheiros e outros profissionais liberais– em relação aos fatos a serem observados na conjuntura econômica que podem afetar essa atividade.

Até aqui falamos da necessidade de ferramentas para proporcionar um aprimoramento contínuo de empresários e executivos, com vistas ao incremento da produtividade. A preocupação do sindicato também se estende aos demais níveis da empresa.

Nessa esfera, outra novidade consiste no Curso de Educação Continuada em Tecnologia de Execução de Obras do sindicato, cuja segunda turma se iniciará em agosto. É voltado a capacitar engenheiros, técnicos, tecnólogos e estagiários para a gestão da produção nos canteiros e dos serviços de execução de obras dos vários sistemas construtivos, com foco na elevação da produtividade e no desempenho da edificação ao longo de sua vida útil.

O interessante é que esse curso se destina tanto aos funcionários das construtoras como a seus terceirizados. Abrange planejamento e logística do canteiro e da qualidade da obra, e entra na inspeção e controle de serviços de: contenções e fundações, movimentos de terra e pisos de concreto, execução de estruturas de concreto, vedações verticais internas e externas, esquadrias externas, internas e guarda-corpos, e instalações elétricas e hidráulicas.

Há décadas, o SindusCon-SP tem plena consciência de que a questão da produtividade não depende somente de fatores como a gestão e a capacitação da mão de obra.

Por último, mas não menos importante, prosseguimos nossos tradicionais cursos de capacitação técnica em parceria com o Senai, para a formação de pedreiros, pintores, eletricistas, assentadores de pisos e azulejos, operadores de elevadores e até mestres de obras.

A questão que nos desafia neste particular é conseguir que esses profissionais trabalhem diretamente para as construtoras, pois muitos dos recém-formados acabam se tornando autônomos voltados ao amplo mercado de reformas.

Diversos fatores que compõem a produtividade

Há décadas, o **SindusCon-SP** tem plena consciência de que a questão da produtividade não depende somente de fatores como a gestão e a capacitação da mão de obra.

Igualmente importante é cuidar da saúde e da segurança do trabalho. E, nesse item, o sindicato tem desenvolvido uma série de atividades que vão além da preservação da integridade física do trabalhador, buscando também elevar continuamente sua motivação para seguir atuando no setor.

Assim merece destaque o ConstruSer, Encontro Estadual da Construção Civil em Família, que o sindicato realiza com Fiesp, Senai, Sesi e em parceria do Seconci-SP (Serviço Social da Construção) a cada ano. Ele proporciona a dezenas de milhares de trabalhadores do setor e seus familiares um dia de lazer, educação e cidadania. O sucesso do evento foi tão grande que a CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) também promove um evento anual em todo o Brasil com o mesmo espírito.

Também temos o Programa de Segurança do Trabalho, que orienta as construtoras diretamente nos canteiros de obras com os nossos Técnicos de Segurança do Trabalho , em relação ao que precisa ser observado para o cumprimento da NR-18, a Norma do Ministério do Trabalho que estabelece os procedimentos exigidos nesta área.

Os aperfeiçoamentos contínuos da NR-18 são discutidos com a ativa participação do sindicato nas Comissões Permanentes Nacional e Regionais, de caráter tripartite (governo, empresários e trabalhadores), com a participação de procuradores do Trabalho.

Realizamos anualmente a Mega-Sipat, um evento voltado a reforçar a consciência dos trabalhadores sobre os equipamentos e os procedimentos necessários à segurança do trabalho.

O cuidado com a saúde é proporcionado pelo Seconci-SP, fundado há mais de 50 anos pelos dirigentes do **SindusCon-SP**, e que oferece serviços de saúde, segurança do trabalho e assistência social aos trabalhadores do setor e seus familiares.

Esse conjunto de ações, combinado à articulação do **SindusCon-SP** junto ao Executivo, ao Legislativo e às demais entidades da cadeia da construção, norteia o esforço permanente da entidade pelo incremento da produtividade.

Haruo Ishikawa é vice-presidente de Relações Capital-Trabalho e Responsabilidade Social do **SindusCon-SP** e vice-presidente do Seconci-SP (Serviço Social da Construção).

O HORIZONTE DA INDUSTRIALIZAÇÃO

A construção industrializada é instrumento indispensável para o salto de qualidade e eficiência

Iria Lícia Oliva Doniak

A industrialização da construção tem se tornado peça decisiva na conjuntura atual da construção civil brasileira, marcada pela necessidade urgente de ampliação e modernização da infraestrutura de transportes e também de acelerar a construção habitacional, sobretudo as moradias destinadas aos segmentos de menor renda da população.

Sintomas de escassez de mão de obra, oriundos não somente de atividade aquecida, mas também de um cenário em que a população está envelhecendo – segundo o IBGE, a população com mais de 65 anos saltou de 4,8%, em 1991, para7,4%, em 2010 –, impulsionam a busca por maior eficiência e produtividade. Deve-se então considerar a necessidade de atrair e reter mão de obra a partir da população jovem. Esta tem rápido acesso a informação, decorrente dos atuais meios de comunicação, atualiza-se constantemente e passa a cada vez mais optar por trabalho em que a tecnologia é privilegiada, encontrando nos sistemas construtivo industrializados um nicho favorável para seu desenvolvimento.

Entraves às soluções industrializadas

A despeito disso, são muitos os desafios enfrentados pelas empresas que fornecem soluções industrializadas. Atualmente, o principal entrave é a disparidade tributária existente entre os sistemas produzidos em fábrica, chamados de industrializados, e a construção nos métodos convencionais ou racionalizados, executados no próprio canteiro.

O principal entrave é a disparidade tributária existente entre os sistemas produzidos em fábrica, chamados de industrializados, e a construção nos métodos convencionais ou racionalizados, executados no próprio canteiro.

Essa disparidade, diferentemente do que ocorre em países europeus e nos Estados Unidos, além de comprometer a competitividade do sistema em si, inibe novos investimentos e, por consequência, a ampliação do parque fabril.

É necessária a ampliação do número de empresas atuantes no segmento de pré-fabricado. Para tanto, é preciso ter garantia de demanda, uma vez que o investimento para a instalação de uma nova fábrica é bastante elevado, necessitando, portanto, de garantia de obras. Assim é de fundamental importância a atuação do governo, promovendo maior transparência e previsibilidade.

A questão tributária vem sendo alvo de análise por parte de entidades representativas do segmento e também das demais instâncias relacionadas com a construção civil. O Departamento da Indústria da Construção (Deconcic), da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, por exemplo, tratou do problema na 11ª edição do ConstruBusiness. Relembra um diagnóstico, elaborado pela FGV, que trata dos efeitos da industrialização sobre a produtividade da mão de obra e os custos de construção. O trabalho, promovido no contexto do PIT (Programa de Inovação Tecnológico) da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), foi coordenado pela Associação da Indústria de Materiais de Construção (Abramat) e contou com a participação das entidades que representam os sistemas construtivos industrializados.

O diagnóstico da **FGV** indicou que o peso do ICMS sobre materiais de construção equivale a 6,4% nos custos de edificação, considerando pe-

MEDIDAS PARA ESTIMULAR A INDUSTRIALIZAÇÃO



- **Isonomia tributária** entre os sistemas construtivos industrializados e os métodos convencionais de construção no canteiro de obras.
- Avaliação do custo das obras, ponderando também o aumento de **produtividade** proporcionado pela industrialização e outros benefícios.
- Estimulo à melhor **capacitação profissional** dos envolvidos na cadeia produtiva.
- Revisão nos **currículos das escolas** de arquitetura e engenharia, de forma a ter um profissional mais completo, especialmente visando incentivar a cultura de planejamento, abrangendo aspectos como: logística, desempenho e sustentabilidade.
- Melhor ordenamento dos aspectos relacionados à **contratação de obras** por parte dos órgãos públicos.
- Mudança cultural para que o uso de **estruturas pré-fabricadas** na construção seja contemplado antes mesmo da concepção do projeto.
- Medidas governamentais que incentivem a **transparência e a previsibilidade**.

ças pré-moldadas na obra. No caso de estruturas pré-moldadas produzidas em fábricas, o peso do ICMS equivale a 9,7% dos custos de edificação, realçando a disparidade que causa distorções prejudiciais ao segmento de pré-fabricado de concreto.

Lições da experiência internacional

Todo esse debate tem como objetivo principal elevar a produtividade da construção civil, uma das metas do nosso segmento e também do país. Nesse sentido, são bastante úteis os exemplos europeus, especialmente o dos países nórdicos – Noruega, Suécia, Dinamarca e Finlândia. Em artigo assinado por Robson Gonçalves e Laurent Broering, editado recentemente nesta revista (edição de março), constatou-se que esses países mantiveram níveis elevados de produtividade, mesmo após a crise global de 2008, que afetou a economia mundial. O artigo salientou que todos esses países se caracterizam pela relativa estabilidade macroeconômica, elevada qualidade da mão de obra e pelo uso de técnicas construtivas avançadas.

Especificamente em relação à Finlândia, pudemos comprovar tal evolução em recente visita a algumas plantas e obras naquele país, onde há um predomínio do uso de estruturas pré-fabricadas de concreto em obras tanto habitacionais como de infraestrutura. Na Dinamarca, tivemos recentemente a constatação, feita pelo engenheiro de estruturas Kaare Dahl, um dos mais conceituados daquele país, de que entre 80% e 90% de todos os prédios dinamarqueses foram construídos com estruturas pré-fabricadas de concreto. Ele salienta também que nos 10% e 20% restantes têm em sua estrutura algum elemento pré-fabricado.

O peso do ICMS sobre materiais de construção equivale a 6,4% nos custos de edificação, considerando peças pré-moldadas na obra. No caso de estruturas produzidas em fábricas, o peso do ICMS equivale a 9,7%.

Avaliação integrada da relação custo-benefício

Outro ponto que merece dedicação é a avaliação da relação custo-benefício dos métodos construtivos. Tal avaliação deveria ser integrada e não parcial, ponderando outros critérios além do custo direto. O aumento de produtividade proporcionado pela industrialização, com redução do prazo de construção, maior desempenho, redução dos impactos ambientais, redução de passivos trabalhistas, deveriam ter peso nas avaliações e seus benefícios precificados a fim de se contrapor a possíveis diferenciais.

A disseminação da industrialização da construção depende também de estímulo a uma melhor capacitação da mão de obra intelectual, revisão nos currículos das escolas de engenharia e arquitetura. Entendemos que é necessário promover uma revisão geral nos métodos de formação dos profissionais. Temos formado pessoas para uma atuação com foco no sistema convencional de construção e hoje o mercado exige um profissional que pense a obra de forma estratégica, analisando aspectos que envolvam logística, fluxo de materiais dentro do canteiro de obras, evolução tecnológica, normas técnicas, entre outros pontos relacionados com novos métodos de construção e que requerem maior grau de planejamento.

Outro aspecto relevante diz respeito à reavaliação das formas de contratação de obras pelos órgãos públicos hoje estruturados, dos termos de referência à medição, somente em sistemas convencionais na maioria dos casos.

O debate relativo aos principais entraves para o maior uso de estruturas pré-fabricadas de concreto na construção está sendo realizado em grandes fóruns liderados em diferentes contextos por diversas entidades. Além do trabalho realizado pelo Deconcic/Fiesp, há também um Grupo de Trabalho no âmbito da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Ambos os fóruns têm obtido expressivos avanços na direção de estimular a industrialização. Na agenda de trabalho, estão temas como: reformulação do modelo de contratação de obras, isonomia tributária em relação à construção convencional, mão de obra qualificada, coordenação modular, maior emprego de tecnologia e informação, entre outras.

Tais constatações evidenciam que os desafios do país para atingir maior grau de industrialização não são de ordem tecnológica, mas sim de ordem de estruturação, com políticas específicas e bem definidas que vençam o grande período de desindustrialização, em que a construção civil tinha o papel de empregar todo o excedente de mão de obra que o país tinha disponível. Não conquistaremos novos patamares a partir de soluções convencionais. A história e o mundo globalizado evidenciam que a industrialização é o caminho para o progresso.

Iria Lícia Oliva Doniak é presidente-executiva da ABCIC (Associação Brasileira da Construção Industrializada de Concreto).

CENÁRIO SOMBRIO

A percepção dos empresários em relação ao desempenho de suas empresas atingiu patamar inferior à média de 1999

Ana Maria Castelo

A Sondagem da Construção realizada em maio pelo **SindusCon-SP** e pela **FGV** mostrou que a percepção dos empresários em relação ao desempenho de suas empresas tornou-se mais negativa, atingindo um patamar inferior à média do ano de 1999. A sondagem **SindusCon-SP/FGV** começou a ser realizada em agosto de 1999, um período difícil para o País, marcado pela desvalorização do real que se seguiu ao fim da política de câmbio fixo. Naquele ano o PIB brasileiro cresceu 0,5% e o PIB setorial caiu 4,9%. Vale lembrar que essa sondagem ainda não captou os efeitos dos últimos cortes anunciados no orçamento da União: de R$ 25,7 bilhões no PAC e R$ 5,6 bilhões no PMCMV.

Dessa forma, a avaliação de desempenho atual mostra-se pior que a registrada em outros momentos difíceis, como em 2003, quando a queda do PIB setorial alcançou 8,9%, a maior observada entre os anos de 1996 e 2014, já considerando os números revisados pelo IBGE.

A partir de 2007, o setor da construção, impulsionado pelo bom desempenho das empresas, passou a registrar taxas expressivas de crescimento. No início de 2009, a possibilidade de retração das atividades determinada pela crise financeira internacional levou a uma brusca deterioração na percepção de desempenho, mas que foi rapidamente recuperada pelas ações anticíclicas adotadas pelo governo. Isso explica por que o indicador de desempenho captado em maio último encontrava-se 17% abaixo do patamar de fevereiro de 2009, o mês de pior resultado naquele ano. Vale lembrar que em 2009, as medidas anticíclicas adotadas tiveram impactos quase imediatos sobre o setor, que registrou o expressivo crescimento de 7,5% no ano.

O indicador dificuldades financeiras alcançou o pior resultado desde o início da pesquisa

Diminuição crescente dos postos de trabalho

Um dos quesitos que está contribuindo para deprimir o indicador de desempenho é o que capta a situação do emprego. As empresas indicaram forte redução no número de empregados, o que vem sendo confirmado pelas pesquisas.

Vale destacar também o aumento das dificuldades financeiras. A sondagem mostrou que o indicador alcançou o pior resultado desde o início da pesquisa, resultado que decorre de um cenário em que o crédito está mais caro e mais difícil tanto para as famílias quanto para os empresários.

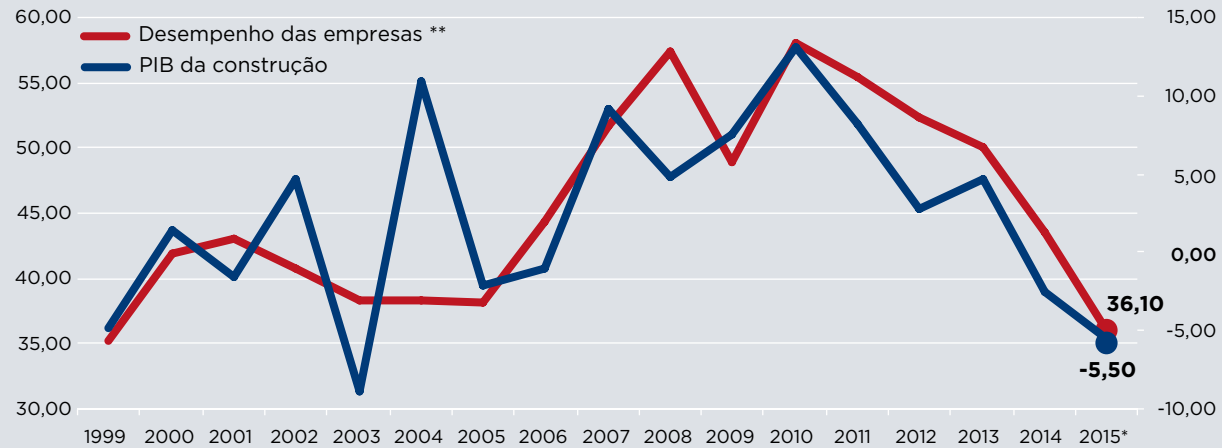
De fato, até há pouco tempo as famílias tinham acesso a recursos para o financiamento de forma relativamente fácil e em condições favoráveis, mas o quadro mudou em 2015. A Caixa Econômica Federal, que detém 70% dos financiamentos habitacionais, começou o ano alterando as condições dos empréstimos e promovendo alta nas taxas do crédito que tem como fonte a poupança. Os demais agentes financeiros também subiram suas taxas e tornaram as condições de acesso mais rigorosas.

Os números dos financiamentos concedidos até maio confirmam as dificuldades: o volume de crédito habitacional oriundo SBPE caiu 12% em relação ao ano passado. O número de unidades financiadas diminuiu 18%.

No que diz respeito aos custos setoriais, a percepção tornou-se negativa em maio (abaixo de 50). A despeito das menores dificuldades na contratação de mão obra, a inflação elevada tem contribuído para o fechamento de acordos com percentuais altos, tornando a situação das empresas mais difícil. Vale notar que os custos setoriais têm apresentado elevação abaixo do índice oficial de inflação (IPCA).

O indicador de perspectivas de desempenho, que representa as expectativas em relação aos próximos meses, também seguiu em declínio, atingindo o resultado mais baixo desde agosto de 1999, o que significa que a percepção dominante entre as em-

DE VOLTA AO PASSADO: DESEMPENHO E PIB SETORIAL EM BAIXA



* Previsão de queda do PIB de 5,5%
** Média do ano

PERSPECTIVAS DAS EMPRESAS DA CONSTRUÇÃO [1]

Brasil			
	Maio		
	2009	2014	2015
Desempenho da empresa	45,9	44,6	34,5
Dificuldades financeiras	56,7	56,2	69,7
Perspectivas de desempenho	52,5	44,7	35,9
Perspectivas de evolução dos custos	54,8	48,1	48,1
Condução da política econômica	51,9	20,3	27,7
Inflação reduzida	62,3	25,5	18,3
Crescimento econômico	35,0	22,9	12,4

Fonte: **SindusCon-SP/FGV Projetos**. 1Os dados apresentados na tabela estão dispostos numa escala que vai de "0" a "100", tendo o valor "50" como centro. Isso quer dizer que valores abaixo de "50" podem ser interpretados como um desempenho, ou perspectiva, não favorável. No caso de dificuldades financeiras, no entanto, valores abaixo de "50" significam dificuldades menores.

presas é que o setor ainda não chegou ao fundo do poço. A avaliação mais negativa desse quesito sinaliza a continuidade da retração do mercado de trabalho setorial. Portanto números negativos continuarão a vir nos próximos meses.

A comparação desfavorável com números anteriores aos anos de 2007, quando o setor passou a crescer mais fortemente, representa em grande parte a frustração de expectativas em relação a um crescimento sustentado que passou a ser vislumbrado com a expansão do crédito habitacional, que tinha como fonte a poupança e o FGTS, e os programas governamentais. Os números recentes estão mostrando a não sustentabilidade dessas fontes de crescimento.

Enfim, tem-se um cenário bastante difícil para as empresas da construção, que não veem mudança no plano dos seus negócios nos próximos meses. O corte dos investimentos públicos e privados, o atraso nos pagamentos dos que estão em execução e aumentos dos custos vêm reduzindo os resultados das empresas e afetando suas expectativas. No entanto, pode-se notar que o quesito condução da política econômica, que atingiu um piso histórico em agosto do ano passado, registrou sua terceira melhora relativa. O indicador ainda está em um patamar muito baixo, o que não permite olhar essa alta como um aumento da confiança setorial nos caminhos da política econômica. As incertezas mantêm-se ainda muito elevadas, especialmente no que diz respeito à capacidade do governo conseguir realizar o ajuste a que se comprometeu.

FREADA DRÁSTICA

O fim do ciclo de crescimento imobiliário é responsável por parte expressiva dos números negativos

Ana Maria Castelo e Robson Gonçalves

O ritmo de retração na construção registrado nos primeiros meses deste ano foi severo e surpreendente, tendo superado as piores projeções formuladas ao final do ano passado.

O fim do ciclo de crescimento imobiliário tem sido responsável por parte expressiva dos números negativos. Esse movimento já vinha sendo desenhado havia pelo menos 18 meses com a redução dos lançamentos e vendas no mercado. No entanto, outros fatores estão se somando para contrair ainda mais a atividade. A deterioração do ambiente de negócios e a falta de perspectiva de recuperação têm mantido o clima pessimista para famílias e empresas, adiando as decisões de investimento.

No mercado imobiliário, com a renda em queda e as taxas de desemprego em elevação, as famílias estão ainda mais receosas de assumirem compromissos de longo prazo, em especial os que envolvem parcelas elevada de suas rendas. Esse sentimento é fortalecido pela alta das taxas de juros e a maior dificuldade de acesso ao crédito imobiliário.

No que diz respeito aos gastos públicos, o governo assumiu o compromisso de alcançar a meta de superávit fiscal de 1,1% do PIB em 2015 depois do déficit de cerca de 6% registrado no ano passado. Assim, a necessidade de um forte ajuste fiscal tornou-se prioridade da política macroeconômica, gerando cortes significativos nos investimentos públicos. No final de maio, esses cortes resultaram em diminuição de R$ 25,7 bilhões nos gastos do PAC e de R$ 5 bilhões no MCMV.

Luz no fim do túnel?

O corte dos investimentos está afetando todas as esferas de governo e áreas da administração. Assim, programas como o PAC e o MCMV, que poderiam se contrapor ao fim do ciclo de crescimento, como em 2009, estão registrando redução no ritmo de obras e acentuando a retração da atividade setorial. Em paralelo, a queda na arrecadação tem obrigado Estados e municípios a reverem seus cronogramas de investimentos fato que, na prática, resulta em menores níveis de gasto no curto prazo.

Assim, depois de anos registrando taxas de crescimento chinesas, o setor parece agora viver sua crise grega. As demissões dos últimos cinco meses já fizeram o estoque de empregados retroceder ao patamar do primeiro semestre de 2011. Indústria e comércio de materiais também registram fortes retrações em decorrência da queda na atividade do principal elo da cadeia e do enfraquecimento do consumo.

Nesse cenário, o programa de concessões promete ser a luz no final do túnel, ou a esperança de retomada. Mas, por enquanto, os empresários mostram-se pessimistas e ainda vislumbram um caminho difícil à frente, percepção que tem sido potencializada pelo clima político.

PIB e investimento

No primeiro trimestre de 2015, o resultado das Contas Nacionais mostrou o impacto do processo de ajuste fiscal em marcha, ou seja, o seu efeito contracionista sobre a demanda agregada. Consumo das famílias, despesas do governo e investimento se retraíram.

O PIB brasileiro teve queda de 0,2% na comparação dessazonalizada com o último trimestre de 2014. Na comparação com o primeiro trimestre de 2014, a retração foi de 1,6%.

O consumo das famílias, que crescia sistematicamente à frente do PIB total desde 2009, teve o primeiro recuo na comparação interanual desde 2003. E, por si só, a queda mais acentuada do consumo das famílias em relação aos demais componentes caracteriza uma mudança importante no padrão macroeconômico. Afinal, foi precisamente o consumo a mola propulsora do crescimento ao longo do ciclo de expansão recente.

As despesas de custeio do governo também diminuíram, assim como o investimento, e a taxa de investimento voltou a ficar abaixo de 20%.

Vistos em conjunto, os dados do PIB revelam que a atividade econômica continua se contraindo e o "fundo do poço" ainda não foi atingido. Os

elementos de influência sobre consumo e investimento, responsáveis pela queda recente nesses componentes de demanda, não devem ser revertidos no curto prazo.

O PIB da construção teve um desempenho melhor na comparação com o último trimestre do ano passado ao registrar alta de 1,1%. Em relação ao mesmo período de 2014, o setor apresentou retração de 2,9%. Como emprego e ocupação na construção têm registrado fortes retrações, o próximo trimestre já deverá indicar também uma queda maior no setor.

Emprego e ocupação

A evolução do número de empregados com carteira na construção no ano sintetiza o cenário de retração da atividade observado em todos os segmentos e disseminado por quase todos os estados.

A pesquisa de emprego **SindusCon-SP/FGV** com base nos dados do Caged mostrou que o estoque de trabalhadores se reduziu para 3,19 milhões em maio, o que representou queda de 10,3%, ou de 366 mil trabalhadores na comparação com maio de 2014. Nessa comparação, apenas o Ceará registra taxa positiva.

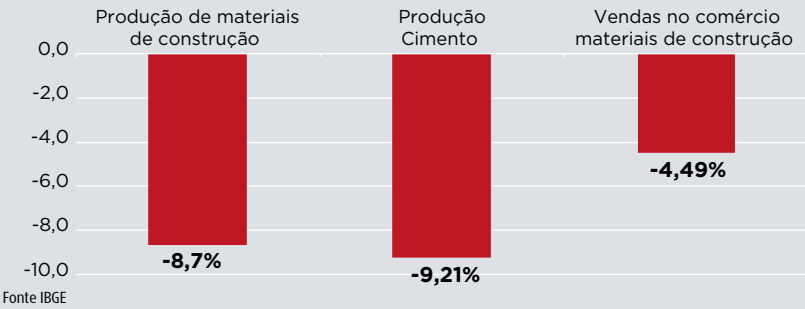
Com essa retração, o estoque de trabalhadores na construção retornou a um patamar próximo ao observado no primeiro trimestre de 2011.

Em junho, o setor deverá enfrentar nova redução do número de trabalhadores. Dessa forma, prevê-se que, no semestre, a queda no emprego em todo o país deverá chegar a 8,8%, na comparação com o primeiro semestre do ano passado. No Estado de São Paulo, a contração do número de empregado será de 6,5%.

A PNAD contínua do IBGE mostrou que o recuo da atividade não está afetando apenas os postos formais: o total de ocupados no setor caiu 7,6% na comparação do trimestre fevereiro-abril contra mesmo período do ano passado.

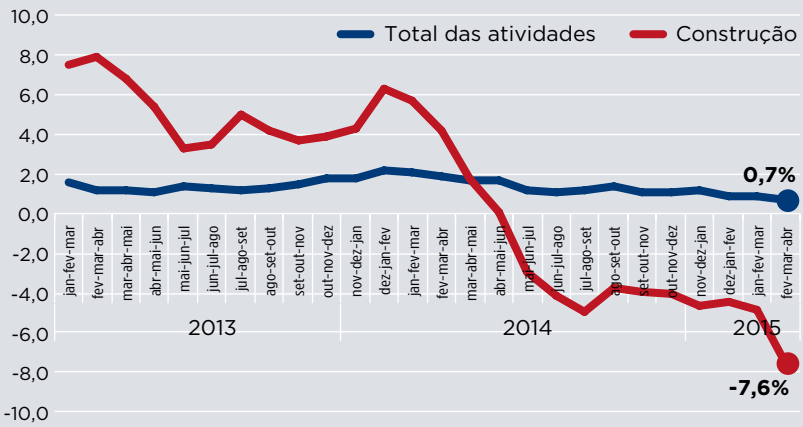
Enfim, os números do emprego e da ocupação revelam um cenário mais deprimido para a atividade e, em especial para as empresas, que o apontado pelo desempenho do PIB setorial no primeiro trimestre do ano.

EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS,
TAXA ACUMULADA NO ANO ATÉ ABRIL (%)



Fonte IBGE

EMPREGO - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE OCUPADOS,
TAXA 12 MESES (%)



Fonte: PNAD contínua

Indústria e comércio

O enfraquecimento da demanda das famílias e das empresas vem repercutindo nos demais elos da cadeia da construção e a produção de insumos registra retração acima da média da indústria. Enquanto a produção industrial teve queda de 6,3% no acumulado do ano até abril, a produção da indústria de insumos típicos para construção civil recuou 8,7% na mesma comparação. Sozinha, a produção de cimento teve retração de 9,2%.

O comércio varejista, por sua vez, registra retração de 1,5% no ano até abril, queda que se amplia para 6,1% com a inclusão do comércio de materiais e de veículos e motos. O volume de vendas de materiais de construção diminuiu 4,5% na mesma comparação. Esse desempenho do comércio de materiais está em linha com a retração do consumo das famílias e com a piora nas expectativas e no crédito. E ainda não há no horizonte sinais de reversão dessa tendência contracionista.

CUSTOS SETORIAIS DIMINUEM RITMO

Os custos setoriais arrefeceram a tendência de alta. Nos últimos 12 meses encerrados em junho, o INCC-M registrou variação de 6,62% e, no mesmo mês do ano passado, o índice havia alcançado 7,14%. O INCC-M mão de obra, que representa 52,2% do índice, apresentou elevação de 7,09% em 12 meses – em 2014, o aumento da mão de obra havia sido de 7,66%. O item materiais e equipamentos também registrou ritmo de aumento inferior ao observado em 2014. Nos últimos 12 meses encerrados em junho, o aumento foi de 6,35%, contra 7,12% no mesmo período do ano passado.

A diferença em relação ao ano passado indica que, a despeito da pressão de custos, advinda da desvalorização do câmbio e das altas com energia e combustível, a queda na demanda tem prevalecido. De todo modo, nota-se que os itens que são mais afetados pelo câmbio registram taxas mais elevadas. Assim, as esquadrias de alumínio e os tubos e conexões de PVC acumulam aumentos em 12 meses de 15,05% e 13,72%, respectivamente.

O componente serviços é o único que apresenta maior elevação em 12 meses: 5,15% contra 4,54% em 2014. Nesse componente destacam-se a alta da alimentação na obra e do vale transporte, que em 12 meses, acumulam taxas de 9,32% e 11,91%, respectivamente.

Mesmo subindo em ritmo inferior, o INCC-M mantém-se com elevação superior ao IGP-M no mesmo período, que alcançou 5,59%. Para esse resultado tem contribuído o IPA, que responde por 60% do índice geral e registra taxa de 4,26% nos 12 meses encerrados em junho.

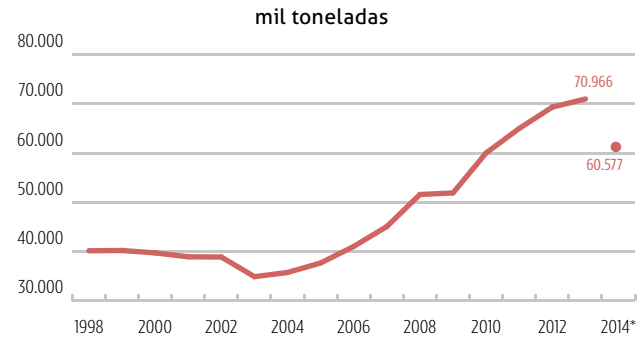
INDICADORES DA CONSTRUÇÃO

Materiais de construção – consumo e produção	22
Mercado imobiliário	23
Investimentos em habitação	24
Rentabilidade do mercado brasileiro de imóveis comerciais	25
Custo da construção residencial no Estado de São Paulo	26
Preços de materiais de construção no Estado de São Paulo	27
Emprego da construção nos Estados	28
Emprego da construção nos Estados	29
Emprego da construção brasileira por segmento	30
Emprego da construção paulista por segmento	31

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO – CONSUMO E PRODUÇÃO

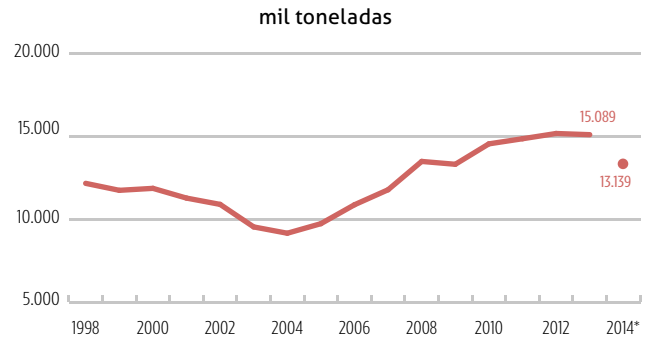
Em abril, a produção de materiais de construção registrou retração de 10,23% em relação ao mesmo mês de 2014. No acumulado deste ano, a queda alcança 8,66% em comparação ao mesmo período do ano passado.

CONSUMO DE CIMENTO ANUAL – BRASIL



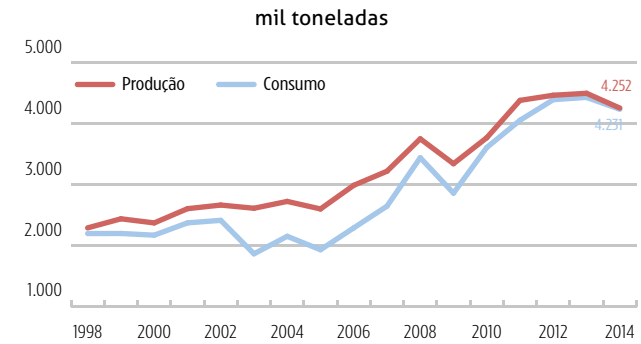
Fonte: SNIC * dados referentes ao período de janeiro a outubro.

CONSUMO DE CIMENTO ANUAL – SÃO PAULO



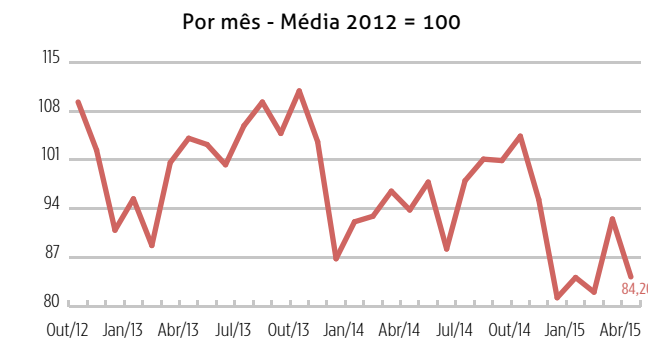
Fonte: SNIC * dados referentes ao período de janeiro a outubro, com estimativas para os meses de março em diante

VERGALHÃO BRASIL



Fonte: MDIC-SECEX / Aço Brasil

PRODUÇÃO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO – BRASIL



Fonte: IBGE

Período		Consumo de cimento – Brasil – Mil t	Consumo de cimento – Brasil – Variação (%) – No mês	Consumo de cimento – Brasil – Variação (%) – No ano	Consumo de cimento – São Paulo – Mil t	Consumo de cimento – São Paulo – Variação (%) – No mês	Consumo de cimento – São Paulo – Variação (%) – No ano	Vergalhões - Brasil – Produção – Mil t	Vergalhões - Brasil – Produção – Variação (%) – No mês	Vergalhões - Brasil – Produção – Variação (%) – No ano	Vergalhões - Brasil – Consumo aparente – Mil t	Vergalhões - Brasil – Consumo aparente – Variação (%) – No mês	Vergalhões - Brasil – Consumo aparente – Variação (%) – No ano	Produção brasileira de materiais de construção (índice: média de 2002 = 100)
2014	Jan	6.004	17,1	6,1	1.209	13,8	4,4	366	29,6	11,1	363	28,0	12,9	92,10
	Fev	5.715	-4,8	8,5	1.205	-0,3	5,7	361	-1,2	6,8	373	2,8	14,7	92,90
	Mar*	5.719	0,1	6,5	1.298	7,7	5,2	398	10,2	5,1	360	-3,5	6,6	96,50
	Abr*	5.784	1,1	3,8	1.286	-0,9	3,7	393	-1,2	4,7	328	-8,8	0,8	93,80
	Mai*	6.147	6,3	3,2	1.361	5,9	3,9	381	-3,1	2,5	384	17,0	0,0	97,80
	Jun*	5.505	-10,5	2,4	1.190	-12,6	2,9	343	-9,9	0,4	319	-17,0	-0,9	88,20
	Jul*	6.257	13,7	1,8	1.364	14,6	2,7	338	-1,7	-1,3	368	15,5	-1,5	98,00
	Ago*	6.337	1,3	1,2	1.419	4,0	2,3	355	5,1	-2,5	380	3,3	-2,2	101,10
	Set*	6.462	2,0	1,4	1.400	-1,4	2,5	374	5,4	-2,9	352	-7,4	-3,4	100,90
	Out*	6.648	2,9	1,3	1.407	0,5	2,6	376	0,5	-3,2	383	9,0	-3,7	104,40
	Nov							355	-5,4	-4,1	338	-11,7	-4,7	95,30
	Dez							213	-40,1	-5,4	282	-16,7	-4,4	81,20
2015	Jan													84,10
	Fev													82,00
	Mar													92,50
	Abr													84,20

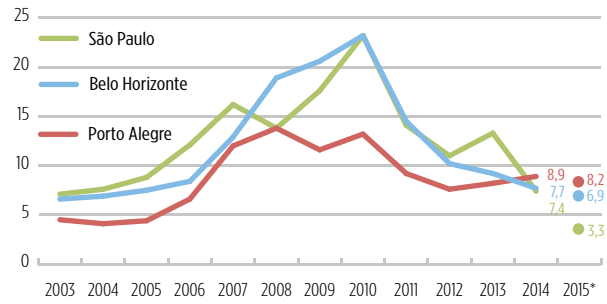
Fonte: SNIC, IABr e IBGE.
* Dados para consumo de cimento são preliminares.

MERCADO IMOBILIÁRIO

Os lançamentos na RMSP cresceram 30,8% em abril na comparação com o mesmo mês do ano passado. A despeito disso, o mercado imobiliário da região chegou ao final do quadrimestre registrando um menor número de lançamentos (-6,4%) em relação ao ano passado.

VELOCIDADE DE VENDAS

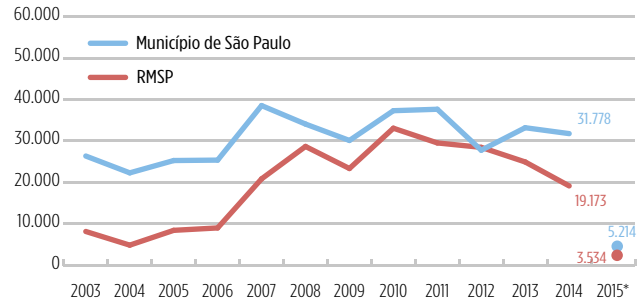
em % – média anual



Fonte: CBIC *dados até março

LANÇAMENTOS

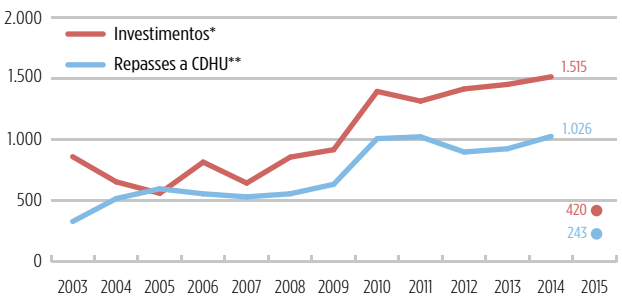
unidades



Fonte: Embraesp *dados até abril

INVESTIMENTO EM HABITAÇÃO CDHU

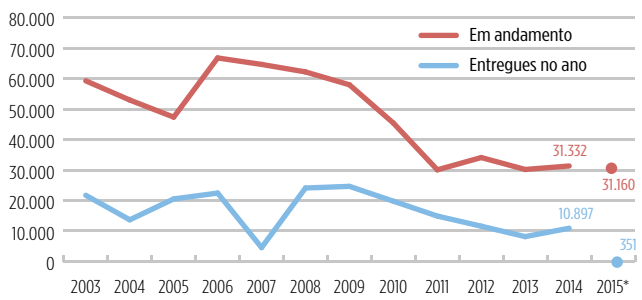
R$ mil



Fonte: Secretaria da Fazenda SP e CDHU * dados de Investimentos e Repasses até abr/15

UNIDADES HABITACIONAIS

São Paulo



Fonte: CDHU *dados até março

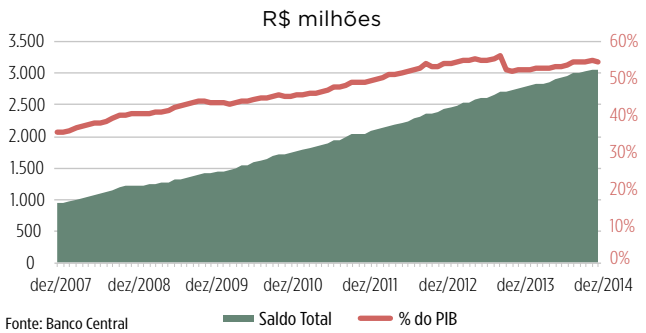
Período		Velocidade de venda (%)			Lançamentos						ICMS no Estado de São Paulo		CDHU	
					Município de São Paulo			RMSP					Unidades habitacionais	
		Belo Horizonte	Porto Alegre	São Paulo	Unidades	Variação (%) No mês	Variação (%) Em 12 meses	Unidades	Variação (%) No mês	Variação (%) Em 12 meses	Repasses à CDHU (R$ milhões)	Investimentos (R$ milhões)	Entregues no ano	Em andamento (média do ano)
2014	Jan	8,2	5,7	5,2	413	-89,7	18,7	353	-92,2	-15,6	133	156	205	30.482
	Fev	5,4	16,1	5,0	940	127,6	13,8	386	9,3	-15,9	62	92	201	31.268
	Mar	11,7	6,7	8,2	2.555	171,8	7,9	1.353	250,5	-13,8	88	126	205	33.845
	Abr	4,5	12,8	9,8	2.358	-7,7	2,9	987	-27,1	-17,8	88	97	544	34.467
	Mai	8,3	7,0	9,4	2.681	13,7	3,4	1.440	45,9	-16,7	78	149	657	37.066
	Jun	7,0	6,5	4,8	2.413	-10,0	-7,0	2.549	77,0	-20,3	58	95	1.439	35.811
	Jul	4,8	6,4	3,4	973	-59,7	-7,4	759	-70,2	-13,8	99	147	1.247	35.994
	Ago	10,5	9,7	7,7	2.115	117,4	-11,9	1.251	64,8	-12,6	133	176	862	34.707
	Set	5,0	6,9	11,1	4.018	90,0	-6,4	1.890	51,1	-18,2	58	97	713	34.155
	Out	6,8	6,5	3,9	2.336	-41,9	-9,9	2.472	30,8	-27,1	117	169	363	33.981
	Nov	17,4	6,8	10,1	6.301	169,7	-6,3	2.783	12,6	-30,7	58	94	867	33.117
	Dez	2,9	16,0	10,7	4.675	-25,8	-4,3	2.950	6,0	-23,1	53	117	3.594	31.332
2015	Jan	8,7	5,3	2,7	546	-88,3	-3,2	168	-94,3	-22,7	45	82	180	31.283
	Fev	3,5	4,1	2,7	872	59,7	-0,7	319	89,9	-22,2	45	94	-	31.283
	Mar	8,4	15,2	4,4	773	-11,4	-5,4	1.696	431,7	-21,1	107	153	171	31.160
	Abr				3.023	291,1	-2,2	1.351	-20,3	-18,2	45	91		

Fonte: Secovi-SP, Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, CDHU e Bacen/Decad

INVESTIMENTOS EM HABITAÇÃO

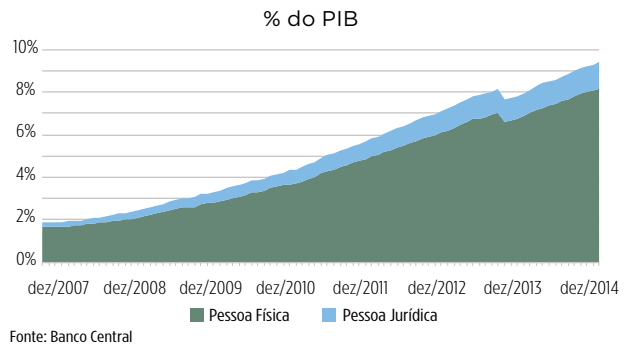
Em abril, o número de concessões de créditos para financiamentos imobiliários com recursos direcionados subiu 22,9% em relação a abril de 2014, levando os recursos direcionados à habitação atingirem 9,4% do PIB.

CARTEIRA DE CRÉDITO



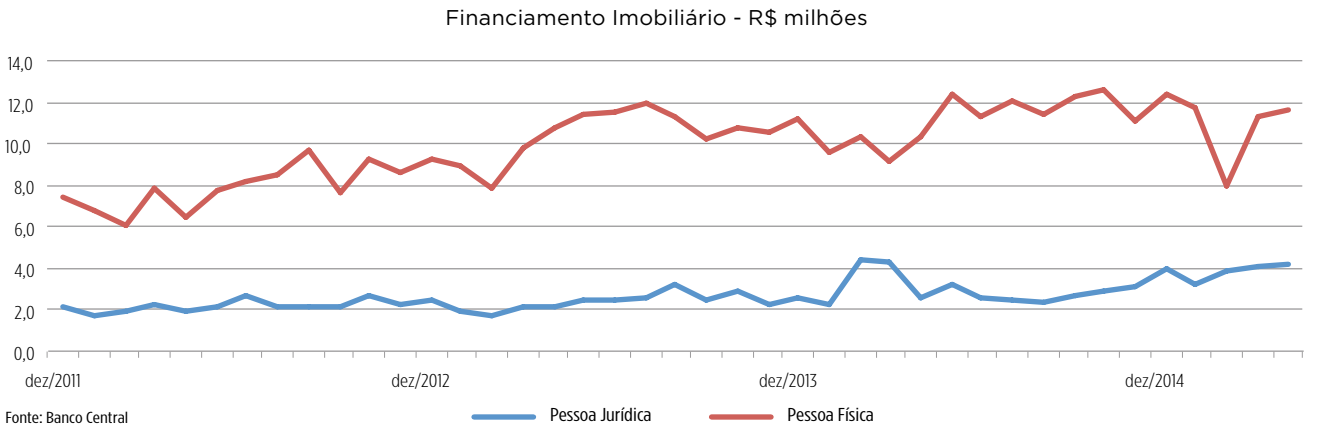
Fonte: Banco Central

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO



Fonte: Banco Central

CONCESSÕES DE CRÉDITO



Fonte: Banco Central

SBPE mês a mês

Período		Saldo Total da Carteira de Crédito		Saldo Total de Financiamento Imobiliário		Saldo de Financiamento Imobiliário - Pessoa Jurídica		Saldo de Financiamento Imobiliário - Pessoa Física		Concessões de crédito com recursos direcionados - Financiamento Imobiliário		
		(R$) milhões	% do PIB	Total - R$ (milhões)	% do Crédito Total	% do PIB	% do Crédito Imobiliário	% do PIB	% do Crédito Imobiliário	Total	Pessoa Jurídica	Pessoa Física
2014	Abr	2.771.347	52,27%	422.247	15,24%	1,09%	13,67%	6,88%	86,33%	12.913	2.537	10.376
	Mai	2.798.015	52,47%	433.258	15,48%	1,12%	13,75%	7,01%	86,25%	15.611	3.253	12.358
	Jun	2.824.626	52,80%	442.837	15,68%	1,14%	13,75%	7,14%	86,25%	13.884	2.548	11.336
	Jul	2.830.844	52,66%	452.424	15,98%	1,15%	13,64%	7,27%	86,36%	14.529	2.488	12.041
	Ago	2.857.674	52,90%	461.755	16,16%	1,16%	13,58%	7,39%	86,42%	13.719	2.341	11.378
	Set	2.896.570	53,26%	468.682	16,18%	1,17%	13,53%	7,45%	86,47%	14.971	2.728	12.243
	Out	2.919.447	53,41%	478.901	16,40%	1,18%	13,45%	7,58%	86,55%	15.541	2.944	12.597
	Nov	2.956.599	53,83%	487.877	16,50%	1,19%	13,35%	7,70%	86,65%	14.178	3.096	11.082
	Dez	3.017.456	54,65%	497.848	16,50%	1,20%	13,30%	7,82%	86,70%	16.387	4.010	12.377
2015	Jan	3.012.721	54,34%	505.986	16,79%	1,20%	13,11%	7,93%	86,89%	15.030	3.225	11.805
	Fev	3.024.317	54,38%	512.101	16,93%	1,21%	13,15%	8,00%	86,85%	11.808	3.884	7.924
	Mar	3.059.350	54,82%	519.580	16,98%	1,21%	13,01%	8,10%	86,99%	15.366	4.088	11.278
	Abr	3.061.045	54,48%	528.416	17,26%	1,21%	12,87%	8,19%	87,13%	15.867	4.212	11.655

Fonte: Bacen/Decad, CBIC

RENTABILIDADE DO MERCADO BRASILEIRO

O IGMI-C é um índice de rentabilidade do mercado brasileiro de imóveis comerciais cujo objetivo é retratar a evolução da valorização dos preços e dos rendimentos do segmento de imóveis comerciais em todo o Brasil.

		Índice geral do mercado imobiliário brasileiro - Comercial											
		Total				Capital				Renda			
		Índice (base 1ºtri/ 2000 = 100)	Variação (%)			Índice (base 1ºtri/ 2000 = 100)	Variação (%)			Índice (base 1ºtri/ 2000 = 100)	Variação (%)		
Período			No trimestre	No ano	Em 12 meses		No trimestre	No ano	Em 12 meses		No trimestre	No ano	Em 12 meses
2004	1	201,32	4,19	4,19	16,87	144,32	2,49	2,49	8,49	140,55	1,70	1,70	7,89
	2	208,50	3,56	7,90	15,58	146,19	1,29	3,81	7,72	143,74	2,27	4,01	7,43
	3	213,52	2,41	10,50	14,26	147,39	0,82	4,67	6,72	146,02	1,58	5,66	7,18
	4	218,62	2,39	13,14	13,14	148,83	0,97	5,69	5,69	148,09	1,42	7,15	7,15
2005	1	223,55	2,26	2,26	11,04	150,47	1,10	1,10	4,26	149,79	1,15	1,15	6,58
	2	231,19	3,42	5,75	10,89	152,25	1,18	2,30	4,14	153,15	2,24	3,42	6,54
	3	239,23	3,47	9,43	12,04	154,86	1,72	4,06	5,07	155,84	1,76	5,23	6,72
	4	245,11	2,46	12,12	12,12	156,79	1,25	5,35	5,35	157,72	1,21	6,51	6,51
2006	1	254,73	3,93	3,93	13,95	160,96	2,66	2,66	6,97	159,73	1,27	1,27	6,63
	2	266,87	4,76	8,88	15,43	164,89	2,44	5,16	8,30	163,44	2,32	3,62	6,72
	3	275,79	3,34	12,52	15,28	167,59	1,64	6,88	8,22	166,22	1,70	5,39	6,66
	4	285,60	3,56	16,52	16,52	169,81	1,33	8,30	8,30	169,93	2,23	7,74	7,74
2007	1	297,88	4,30	4,30	16,94	174,82	2,95	2,95	8,61	172,22	1,35	1,35	7,82
	2	311,55	4,59	9,08	16,74	178,45	2,07	5,09	8,22	176,55	2,52	3,90	8,03
	3	326,45	4,79	14,30	18,37	183,11	2,61	7,83	9,26	180,39	2,17	6,15	8,52
	4	343,62	5,26	20,32	20,32	187,88	2,61	10,64	10,64	185,18	2,65	8,97	8,97
2008	1	371,69	8,17	8,17	24,78	196,61	4,64	4,64	12,46	191,70	3,52	3,52	11,31
	2	394,70	6,19	14,86	26,69	202,37	2,93	7,71	13,41	197,94	3,25	6,89	12,11
	3	416,59	5,55	21,23	27,61	206,91	2,24	10,13	13,00	204,49	3,31	10,43	13,36
	4	443,58	6,48	29,09	29,09	212,69	2,79	13,20	13,20	212,02	3,69	14,50	14,50
2009	1	481,10	8,46	8,46	29,43	223,33	5,00	5,00	13,59	219,35	3,46	3,46	14,42
	2	513,30	6,69	15,72	30,05	230,70	3,30	8,47	14,00	226,79	3,39	6,96	14,57
	3	538,21	4,85	21,33	29,19	234,83	1,79	10,41	13,49	233,74	3,06	10,24	14,31
	4	568,49	5,63	28,16	28,16	240,13	2,26	12,90	12,90	241,61	3,37	13,95	13,95
2010	1	605,38	6,49	6,49	25,83	248,30	3,40	3,40	11,18	249,07	3,09	3,09	13,55
	2	640,38	5,78	12,65	24,76	254,97	2,69	6,18	10,52	256,78	3,09	6,28	13,22
	3	675,01	5,41	18,74	25,42	260,87	2,31	8,64	11,09	264,72	3,09	9,57	13,26
	4	713,45	5,69	25,50	25,50	265,93	1,94	10,74	10,74	274,66	3,75	13,68	13,68
2011	1	748,68	4,94	4,94	23,67	270,61	1,76	1,76	8,99	283,39	3,18	3,18	13,78
	2	780,81	4,29	9,44	21,93	274,53	1,45	3,24	7,67	291,45	2,84	6,11	13,50
	3	809,99	3,74	13,53	20,00	277,18	0,96	4,23	6,25	299,53	2,77	9,05	13,15
	4	842,12	3,97	18,04	18,04	280,71	1,27	5,56	5,56	307,60	2,69	11,99	11,99
2012	1	878,79	4,35	4,35	17,38	285,25	1,62	1,62	5,41	316,02	2,74	2,74	11,51
	2	910,98	3,66	8,18	16,67	288,71	1,21	2,85	5,16	323,76	2,45	5,25	11,09
	3	946,61	3,91	12,41	16,87	293,00	1,49	4,38	5,71	331,60	2,42	7,80	10,71
	4	991,02	4,69	17,68	17,68	298,92	2,02	6,49	6,49	340,46	2,67	10,68	10,68
2013	1	1.037,18	4,66	4,66	18,02	305,38	2,16	2,16	7,06	348,97	2,50	2,50	10,43
	2	1.081,88	4,31	9,17	18,76	311,69	2,07	4,27	7,96	356,80	2,24	4,80	10,20
	3	1.126,83	4,15	13,70	19,04	317,48	1,86	6,21	8,35	365,00	2,30	7,21	10,07
	4	1.171,54	3,97	18,22	18,22	322,32	1,52	7,83	7,83	373,91	2,44	9,83	9,83
2014	1	1.214,21	3,64	3,64	17,07	326,12	1,18	1,18	6,79	383,12	2,46	2,46	9,79
	2	1.257,80	3,59	7,36	16,26	330,70	1,40	2,60	6,10	391,50	2,19	4,70	9,73
	3	1.299,91	3,35	10,96	15,36	334,38	1,11	3,74	5,32	400,25	2,23	7,04	9,66
	4	1.338,26	2,95	14,23	14,23	336,69	0,69	4,46	4,46	409,29	2,26	9,46	9,46
2015	1	1.379,80	3,10	3,10	13,64	339,41	0,81	0,81	4,07	418,68	2,29	2,29	9,28

O IGMI-C é um índice de rentabilidade do mercado brasileiro de imóveis comerciais, cujo objetivo é retratar a evolução da valorização dos preços e dos rendimentos do segmento de imóveis comerciais em todo o Brasil.
Fonte: FGV

CUSTO DA CONSTRUÇÃO RESIDENCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

O Custo Unitário Básico (CUB) representa o custo por metro quadrado de construção residencial do projeto-padrão R8-N, calculado de acordo com NBR 12721/2006.

		Custo da construção residencial no Estado de São Paulo - Padrão R8-N											
		Global				Mão-de-obra				Material			
		Índice (Base Fev/ 07 = 100)	Variação (%)			Índice (base Fev/ 07 = 100)	Variação (%)			Índice (base Fev/ 07 = 100)	Variação (%)		
Período			No mês	No ano	Em 12 meses		No mês	No ano	Em 12 meses		No mês	No ano	Em 12 meses
2012	Jan	137,55	0,10	0,10	5,66	149,02	0,06	0,06	8,40	124,86	0,14	0,14	2,15
	Fev	138,04	0,35	0,45	5,87	149,62	0,40	0,46	8,83	125,26	0,32	0,46	2,10
	Mar	138,59	0,40	0,85	6,18	150,18	0,37	0,84	9,13	125,82	0,45	0,91	2,47
	Abr	138,79	0,14	1,00	6,10	150,18	0,00	0,84	9,08	126,24	0,33	1,24	2,34
	Mai	143,34	3,28	4,31	6,04	158,01	5,21	6,10	8,49	127,25	0,80	2,05	2,97
	Jun	145,82	1,73	6,11	6,54	162,44	2,81	9,07	9,49	127,45	0,16	2,21	2,60
	Jul	146,52	0,48	6,62	6,99	163,33	0,55	9,67	10,02	128,00	0,43	2,65	2,98
	Ago	146,72	0,14	6,77	7,06	163,33	0,00	9,67	10,02	128,43	0,34	3,00	3,26
	Set	146,83	0,07	6,85	7,00	163,26	-0,04	9,62	9,83	128,74	0,24	3,25	3,35
	Out	147,12	0,20	7,06	7,15	163,44	0,11	9,74	9,95	128,16	-0,45	2,78	2,75
	Nov	147,39	0,18	7,26	7,27	163,90	0,28	10,05	10,12	129,20	0,81	3,62	3,57
	Dez	147,44	0,03	7,29	7,29	163,90	0,00	10,05	10,05	129,31	0,09	3,71	3,71
2013	Jan	147,43	-0,01	-0,01	7,18	163,90	0,00	0,00	9,98	129,29	-0,02	-0,02	3,54
	Fev	147,42	0,00	-0,01	6,80	163,90	0,00	0,00	9,54	129,27	-0,02	-0,03	3,20
	Mar	147,77	0,24	0,23	6,63	164,36	0,28	0,28	9,44	129,52	0,19	0,16	2,94
	Abr	148,03	0,18	0,40	6,66	164,52	0,10	0,38	9,55	129,91	0,30	0,46	2,91
	Mai	154,60	4,44	4,86	7,86	176,53	7,30	7,71	11,72	130,39	0,37	0,84	2,47
	Jun	156,76	1,39	6,32	7,50	180,00	1,97	9,82	10,81	130,82	0,33	1,17	2,64
	Jul	157,25	0,32	6,66	7,33	180,72	0,40	10,26	10,65	131,11	0,22	1,39	2,43
	Ago	157,51	0,16	6,83	7,35	180,84	0,07	10,34	10,72	131,51	0,31	1,70	2,40
	Set	157,70	0,12	6,96	7,40	180,95	0,06	10,40	10,84	131,78	0,21	1,91	2,36
	Out	157,97	0,17	7,14	7,37	181,07	0,07	10,48	10,79	132,21	0,33	2,24	3,16
	Nov	158,12	0,09	7,24	7,28	181,07	0,00	10,48	10,48	132,53	0,24	2,49	2,58
	Dez	158,21	0,06	7,30	7,30	181,23	0,09	10,57	10,57	132,56	0,02	2,51	2,51
2014	Jan	158,28	0,05	0,05	7,36	181,28	0,03	0,03	10,60	132,61	0,04	0,04	2,57
	Fev	158,65	0,23	0,28	7,61	181,71	0,24	0,27	10,87	132,93	0,24	0,28	2,83
	Mar	158,77	0,08	0,36	7,44	181,91	0,11	0,38	10,68	132,97	0,03	0,31	2,67
	Abr	159,02	0,15	0,51	7,42	181,96	0,03	0,41	10,60	133,44	0,35	0,66	2,72
	Mai	161,74	1,71	2,23	4,62	185,90	2,16	2,58	5,31	134,74	0,97	1,64	3,33
	Jun	166,21	2,77	5,06	6,03	193,59	4,14	6,82	7,55	135,52	0,58	2,23	3,59
	Jul	167,19	0,59	5,68	6,32	194,79	0,62	7,48	7,79	136,30	0,57	2,82	3,96
	Ago	167,97	0,47	6,17	6,65	196,02	0,63	8,16	8,40	136,61	0,23	3,06	3,88
	Set	167,99	0,01	6,18	6,52	196,02	0,00	8,16	8,33	136,50	-0,08	2,98	3,58
	Out	168,19	0,12	6,31	6,48	196,43	0,21	8,39	8,48	136,39	-0,09	2,89	3,16
	Nov	168,23	0,02	6,34	6,40	196,43	0,00	8,39	8,48	136,46	0,05	2,94	2,97
	Dez	168,28	0,03	6,37	6,37	196,43	0,00	8,39	8,39	136,57	0,08	3,03	3,03
2015	Jan	168,83	0,33	0,33	6,66	197,31	0,45	0,45	8,84	136,71	0,10	0,10	3,09
	Fev	169,00	0,10	0,43	6,52	197,31	0,00	0,45	8,58	137,08	0,27	0,37	3,12
	Mar	169,10	0,06	0,48	6,50	197,67	0,18	0,63	8,66	137,28	0,15	0,52	3,24
	Abr	169,66	0,33	0,82	6,69	197,31	-0,18	0,45	8,43	138,48	0,88	1,40	3,78

(*) Valor referente ao último mês do período.
Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV

PREÇOS DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO*

O Custo Unitário Básico (CUB) registrou alta de 6,69% em 12 meses até abril. Entre os materiais pesquisados, o bloco cerâmico é apontado pelas construtoras como aquele com maior elevação de preço nos últimos 12 meses em São Paulo, com alta de 8,18%.

Maio de 2015 – Ordem decrescente de variação percentual em 12 meses

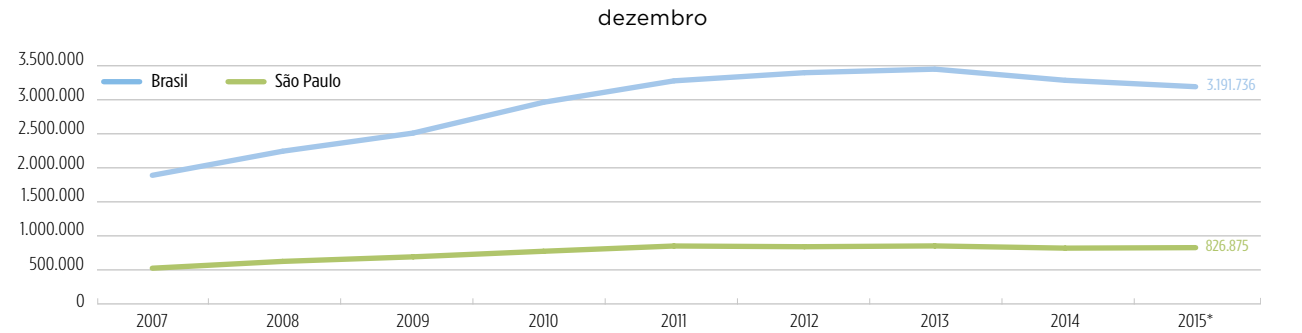
Material (*)	Unidade	Preço	Variação (%)		
			Mês	Ano	12 Meses
Alimentação	unidade	9,70	2,00%	2,00%	12,27%
Bloco cerâmico	milheiro	475,22	1,47%	7,10%	8,18%
Telha 6mm	m²	15,70	0,06%	2,35%	7,98%
Tb PVC-R rígido	m	23,88	1,70%	2,84%	6,28%
Chapa plastific	m²	29,40	-0,51%	1,87%	5,64%
Emulsão asfált.	kg	7,18	0,00%	3,46%	5,28%
Porta p/pintura	unidade	89,44	0,69%	1,26%	5,25%
Disjuntor 70 A	unidade	63,34	0,60%	1,25%	4,66%
Cimento	saco	20,97	0,29%	1,90%	4,54%
Bacia sanitária	unidade	170,93	0,83%	0,86%	4,32%
Vidro 4 mm	m²	55,27	0,82%	3,60%	3,99%
Tinta látex	lata	166,55	-0,02%	3,17%	3,55%
Brita 2	m²	73,30	-0,29%	0,26%	3,49%
Placa de gesso	m²	10,46	0,00%	0,19%	3,05%
Areia	m²	67,58	0,31%	1,98%	2,78%
Fio anti-chama	rolo	71,78	-0,06%	0,74%	2,75%
Tubo fe galv	m	43,46	0,07%	0,56%	2,31%
Azulejo 1ª	m²	16,52	0,85%	0,43%	2,29%
Loc Betoneira	R$/mês	197,05	1,01%	0,11%	1,62%
Registro	unidade	59,84	-0,33%	1,73%	1,53%
Bancada de pia	unidade	284,29	0,03%	0,51%	1,50%
Esquad. correr	m²	306,92	0,76%	0,98%	1,16%
Aço CA-50 10mm	kg	3,61	0,00%	0,56%	0,84%
Concreto 25 MP	m²	249,42	-0,65%	-0,32%	0,51%
Janela correr	m²	258,61	0,09%	0,10%	0,25%
Blco concreto	unidade	1,92	-1,54%	0,52%	0,00%
Fechadura cromo	unidade	40,00	0,00%	0,25%	-0,15%
Vidro liso transparente 4 mm c/ massa	m²	53,35	0,00	0,00	0,87
Fechadura, tráfego moderado acab. cromo	unidade	40,05	0,38	0,38	-1,14

(*) Preços médios informados pelas construtoras
Fonte: Secon/SindusCon-SP

EMPREGO DA CONSTRUÇÃO NOS ESTADOS

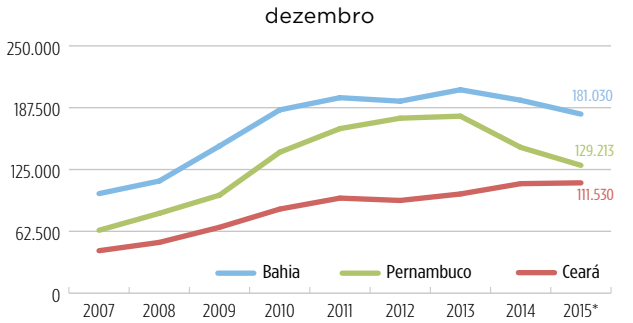
Em maio, o setor da construção empregava 3,19 milhões de pessoas. Considerando, as regiões Norte e Nordeste, o Ceará é o único a não registrar queda no ano em relação ao mesmo mês do ano anterior.

EMPREGO NA CONSTRUÇÃO CIVIL



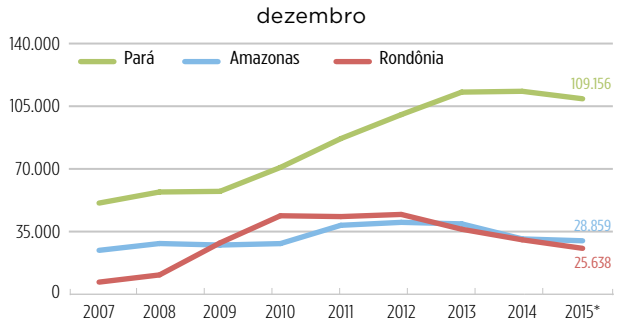
Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE *dados ref. a maio

ESTADOS QUE MAIS EMPREGAM NA REGIÃO NORDESTE



Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE *dados ref. a maio

ESTADOS QUE MAIS EMPREGAM NA REGIÃO NORTE



Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE *dados ref. a maio

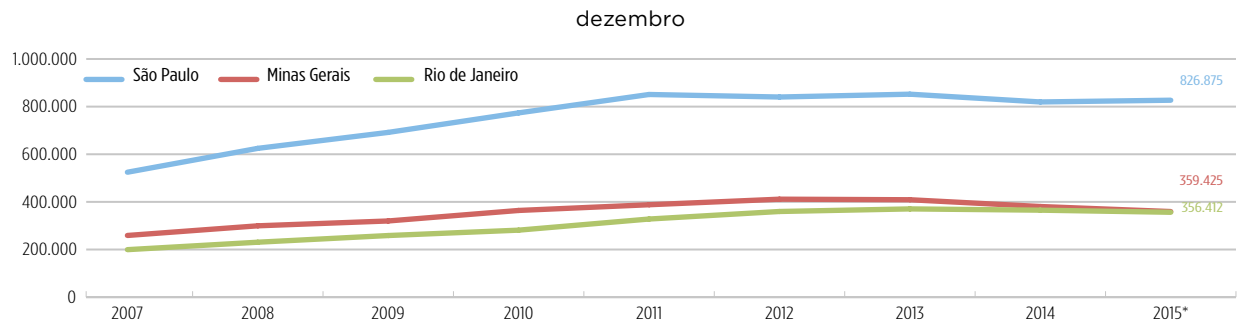
Período		Região Norte							Região Nordeste								
		Rondônia	Acre	Amazonas	Roraima	Pará	Amapá	Tocantins	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba	Pernam-buco	Alagoas	Sergipe	Bahia
2014	Jan	36.013	8.436	38.209	3.725	113.748	9.433	14.159	64.023	40.388	106.054	52.299	52.988	177.862	36.317	35.382	209.679
	Fev	35.374	8.526	37.763	3.894	111.741	9.243	14.285	62.594	40.571	109.934	53.233	53.401	178.180	36.842	35.872	209.955
	Mar	35.912	8.257	36.904	4.029	112.115	9.051	14.237	60.748	40.484	109.090	53.393	53.365	176.857	36.596	36.058	210.352
	Abr	35.829	8.161	35.625	4.024	115.090	8.869	14.505	60.255	40.506	109.814	53.715	53.778	173.628	37.264	36.205	207.821
	Mai	37.180	8.283	34.924	4.003	120.219	8.602	15.483	60.326	40.804	111.133	52.843	54.478	169.689	36.354	36.306	207.022
	Jun	37.232	8.469	34.560	4.099	125.795	8.532	16.153	61.174	40.418	110.269	51.645	54.617	167.453	35.881	36.213	203.778
	Jul	37.202	8.833	33.829	4.022	130.637	8.730	16.806	63.900	40.493	111.219	50.510	54.828	164.638	35.817	35.939	205.187
	Ago	36.540	8.853	33.638	4.184	131.796	8.703	17.270	65.768	40.192	113.662	49.883	54.705	163.809	35.981	35.882	207.323
	Set	34.906	8.714	33.940	4.127	134.035	8.601	17.172	67.230	39.034	115.956	51.194	55.035	163.561	36.199	35.507	209.587
	Out	33.752	8.401	33.402	3.986	131.047	8.568	16.580	64.288	40.049	116.478	50.953	54.595	159.842	36.638	35.193	204.605
	Nov	32.552	7.822	32.569	3.678	126.814	8.420	15.669	61.246	39.474	117.368	49.895	53.809	153.167	36.239	34.799	208.006
	Dez	30.541	7.153	31.190	3.529	115.908	7.658	14.199	57.195	38.856	113.006	47.940	52.548	147.481	35.149	33.621	197.939
2015	Jan	29.921	6.799	30.952	3.483	114.093	7.314	14.057	55.677	38.340	111.898	47.868	52.209	142.793	34.729	33.629	195.304
	Fev	27.393	6.609	30.737	3.439	112.705	7.023	14.085	53.983	37.941	112.488	47.126	51.247	139.480	34.527	33.334	191.199
	Mar	27.158	6.384	30.624	3.400	111.678	6.706	13.936	52.964	37.306	111.654	46.670	50.618	136.889	34.557	33.284	189.024
	Abr	26.138	6.377	30.000	3.283	109.298	6.512	13.580	51.628	36.410	111.028	46.150	49.528	132.388	34.683	33.021	185.971

Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

EMPREGO DA CONSTRUÇÃO NOS ESTADOS

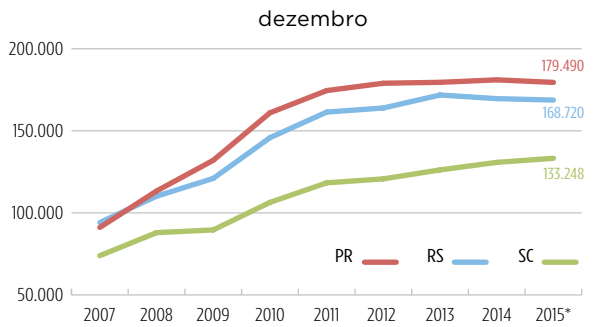
A região Sudeste compreende 50,22% do total de empregados com carteira na construção e registra retração de 7,4% no ano até maio, na comparação com igual período do ano passado.
A região Sul, com 15,1% dos empregados, apresenta queda de 2,9% na mesma comparação.

ESTADOS QUE MAIS EMPREGAM NA REGIÃO SUDESTE



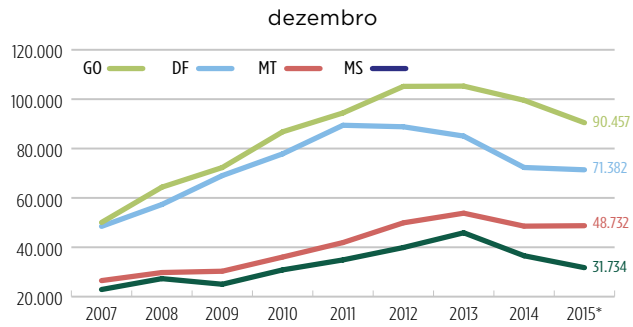
Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE *dados ref. a abril

EMPREGO NA REGIÃO SUL



Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE *dados ref. a abril

EMPREGO NA REGIÃO CENTRO-OESTE



Fonte: SindusCon-SP/FGV e MTE *dados ref. a abril

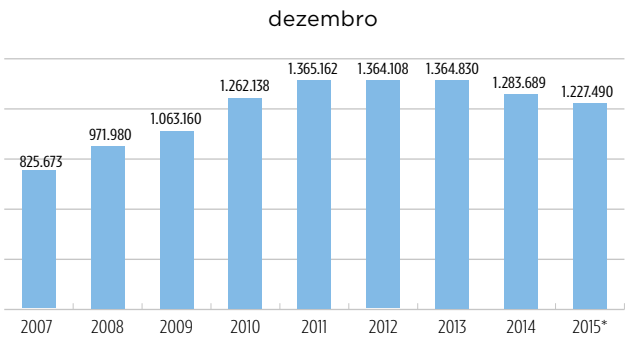
Período		Região Sudeste				Região Sul			Região Centro-Oeste			
		Minas Gerais	Espírito Santo	Rio de Janeiro	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso	Goiás	Distrito Federal
2014	Jan	411.766	72.080	377.975	887.406	181.704	129.477	177.473	42.292	54.602	101.181	88.923
	Fev	413.977	72.362	384.483	893.566	185.512	131.918	180.141	43.219	54.926	102.790	90.170
	Mar	412.410	72.658	383.507	894.758	185.099	132.986	181.444	42.545	54.865	102.246	90.907
	Abr	409.598	71.972	384.198	898.008	185.503	135.471	182.705	40.731	56.452	105.203	90.990
	Mai	411.237	71.367	384.891	891.703	189.224	135.997	181.614	39.964	57.173	107.620	89.361
	Jun	410.357	71.344	383.768	886.578	188.365	136.089	180.261	39.561	57.313	108.607	86.684
	Jul	410.716	70.857	381.551	886.872	188.556	136.618	179.270	39.889	57.542	108.633	85.100
	Ago	409.941	71.114	382.644	884.037	188.666	137.480	178.276	40.746	57.285	108.695	84.072
	Set	411.417	71.560	383.267	883.802	189.858	137.455	179.333	40.692	56.621	108.908	83.449
	Out	409.920	70.302	381.412	876.535	187.967	136.741	178.460	38.150	56.172	107.279	81.373
	Nov	399.764	69.344	377.685	867.523	186.319	135.559	177.953	36.215	53.678	103.030	79.127
	Dez	377.233	65.986	371.376	838.899	178.593	130.221	172.135	33.196	47.508	93.791	75.843
2015	Jan	378.882	66.115	362.984	844.528	181.012	133.122	172.534	32.320	47.283	94.568	74.883
	Fev	378.059	63.956	358.431	839.250	180.740	133.316	171.665	32.054	47.625	94.225	73.698
	Mar	373.026	63.227	357.048	837.792	180.054	133.858	171.148	31.685	47.707	92.255	73.291
	Abr	366.994	62.462	355.704	837.169	179.117	134.285	171.467	31.661	48.520	92.067	73.065

Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

EMPREGO DA CONSTRUÇÃO BRASILEIRA POR SEGMENTO

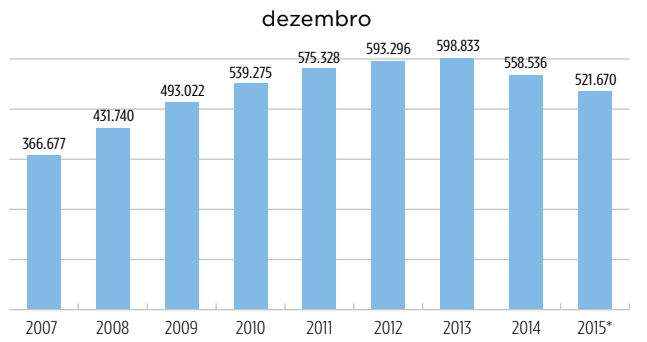
O segmento de edificações, que representa 38,5% do emprego no setor da construção, registrou queda de 11,79% em maio em relação ao mesmo mês de 2014. A maior variação negativa, de 15,31% na mesma comparação, aconteceu no segmento de infraestrutura.

EMPREGO NO BRASIL - EDIFICAÇÕES



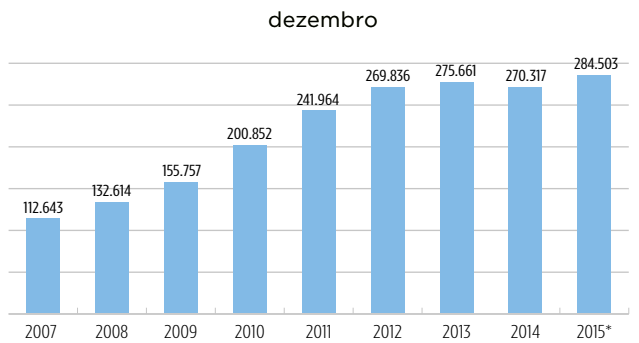
Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE *dados ref. a maio

EMPREGO NO BRASIL - INFRAESTRUTURA



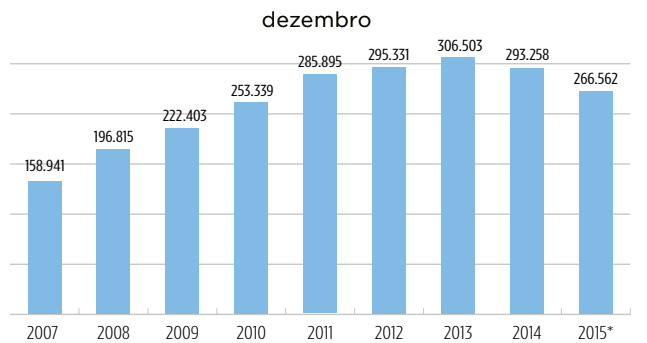
Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE *dados ref. a maio

EMPREGO NO BRASIL - INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS



Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE *dados ref. a maio

EMPREGO NO BRASIL - ENGENHARIA E ARQUITETURA



Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE *dados ref. a maio

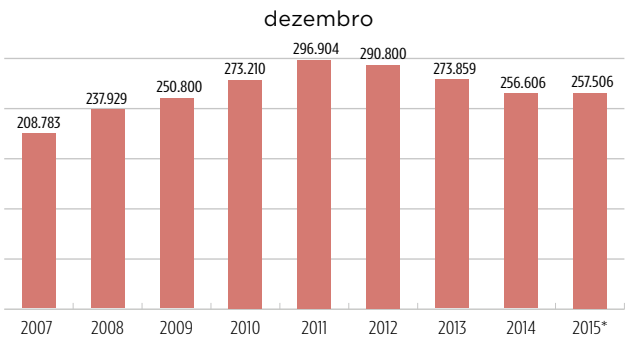
Período		Obras						Serviços				Total
		Preparação de terreno	Edificações	Infra-Estrutura	Obras de instalação	Obras de acabamento	Total	Incorporação de imóveis	Engenharia e Arquitetura	Outros serviços	Total	
2014	Jan	140.211	1.388.400	594.995	443.099	183.632	2.750.337	296.056	296.923	180.278	773.257	3.523.594
	Fev	141.882	1.404.119	600.018	442.868	184.937	2.773.824	299.321	299.481	181.846	780.648	3.554.472
	Mar	142.408	1.395.322	605.134	445.569	183.990	2.772.423	298.229	299.205	181.016	778.450	3.550.873
	Abr	143.498	1.394.711	610.147	441.501	185.329	2.775.186	299.227	298.937	182.570	780.734	3.555.920
	Mai	145.111	1.391.577	615.973	438.816	185.981	2.777.458	299.573	297.779	182.990	780.342	3.557.800
	Jun	145.115	1.383.236	615.552	436.109	185.826	2.765.838	299.691	297.477	182.209	779.377	3.545.215
	Jul	146.530	1.384.331	615.965	435.458	186.171	2.768.455	299.430	297.704	182.605	779.739	3.548.194
	Ago	147.471	1.384.690	615.217	435.468	186.533	2.769.379	299.874	297.972	183.920	781.766	3.551.145
	Set	148.857	1.385.795	616.416	438.622	187.283	2.776.973	300.828	298.596	184.763	784.187	3.561.160
	Out	147.960	1.371.750	603.480	433.479	187.271	2.743.940	298.334	296.174	184.240	778.748	3.522.688
	Nov	144.872	1.350.171	585.728	431.012	185.705	2.697.488	297.405	291.033	181.798	770.236	3.467.724
	Dez	137.937	1.287.147	549.125	417.909	179.651	2.571.769	288.707	282.716	175.502	746.925	3.318.694
2015	Jan	136.212	1.286.563	538.332	415.870	182.943	2.559.920	288.992	280.763	177.622	747.377	3.307.297
	Fev	133.940	1.275.507	531.597	411.841	182.275	2.535.160	288.000	276.616	176.559	741.175	3.276.335
	Mar	132.946	1.261.930	526.409	413.231	182.259	2.516.775	287.551	272.878	176.739	737.168	3.253.943
	Abr	132.317	1.248.395	522.826	408.241	181.934	2.493.713	287.000	271.040	176.753	734.793	3.228.506
	Mai	132.032	1.227.490	521.670	403.486	180.310	2.464.988	284.503	266.562	175.683	726.748	3.191.736

Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

EMPREGO DA CONSTRUÇÃO PAULISTA POR SEGMENTO

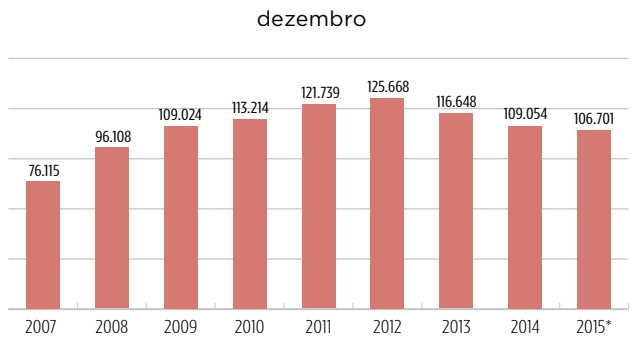
O Estado de São Paulo, em maio de 2015, reduziu seu contingente de trabalhadores na construção em 7,27% em relação a maio do ano passado. Tal redução foi ainda mais forte no segmento de infraestrutura, que sofreu redução de 10,28%.

EMPREGO EM SÃO PAULO - EDIFICAÇÕES



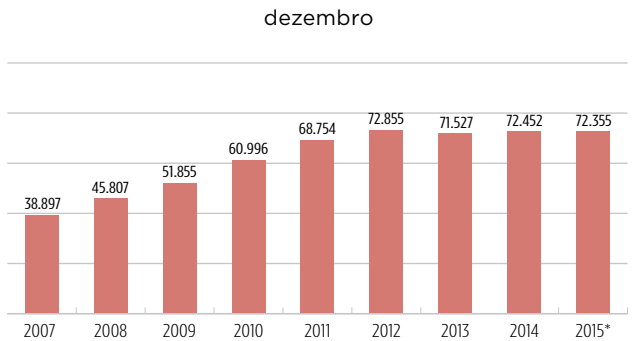
Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE *dados ref. a maio

EMPREGO EM SÃO PAULO - INFRAESTRUTURA



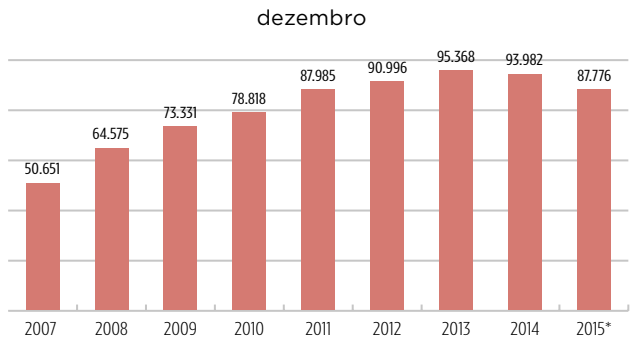
Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE *dados ref. a maio

EMPREGO EM SÃO PAULO - INCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS



Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE *dados ref. a maio

EMPREGO EM SÃO PAULO - ENGENHARIA E ARQUITETURA



Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE *dados ref. a maio

Período		Obras						Serviços				Total
		Preparação de terreno	Edificações	Infraes-trutura	Obras de instalação	Obras de acabamento	Total	Incorporação de imóveis	Engenharia e Arquitetura	Outros serviços	Total	
2014	Jan	40.553	282.704	117.980	145.587	78.125	664.949	71.601	93.940	56.916	222.457	887.406
	Fev	41.043	284.729	117.791	146.860	77.884	668.307	72.601	94.784	57.874	225.259	893.566
	Mar	40.843	284.023	119.375	147.674	77.637	669.552	72.847	95.180	57.179	225.206	894.758
	Abr	41.100	285.302	119.298	147.448	78.579	671.727	73.501	95.083	57.697	226.281	898.008
	Mai	40.833	282.189	118.930	145.671	78.578	666.201	73.663	94.224	57.615	225.502	891.703
	Jun	40.283	279.992	118.784	143.769	78.140	660.968	73.682	94.601	57.327	225.610	886.578
	Jul	40.228	280.108	118.058	144.467	78.427	661.288	73.521	94.617	57.446	225.584	886.872
	Ago	40.034	278.341	117.858	143.615	77.898	657.746	73.694	94.937	57.660	226.291	884.037
	Set	39.866	277.407	117.067	144.288	78.338	656.966	73.978	95.270	57.588	226.836	883.802
	Out	39.843	274.533	115.660	142.434	78.583	651.053	73.523	94.479	57.480	225.482	876.535
	Nov	39.239	270.807	114.406	142.102	77.686	644.240	73.121	93.490	56.672	223.283	867.523
	Dez	38.090	260.150	108.307	138.071	75.275	619.893	72.026	91.733	55.247	219.006	838.899
2015	Jan	38.096	262.310	107.728	139.342	76.988	624.464	72.139	91.084	56.841	220.064	844.528
	Fev	37.916	260.315	106.619	139.170	76.592	620.612	72.105	89.874	56.659	218.638	839.250
	Mar	37.801	259.197	106.845	139.185	76.086	619.114	72.278	89.501	56.899	218.678	837.792
	Abr	37.970	260.414	106.595	136.455	76.411	617.845	72.664	88.992	57.668	219.324	837.169
	Mai	37.534	257.506	106.701	132.561	74.930	609.232	72.355	87.776	57.512	217.643	826.875

Fonte: SindusCon-SP/IBRE-FGV e MTE

FGV IBRE

Pesquisas, Estudos e Indicadores para suporte às decisões táticas e estratégicas do seu negócio.

O Instituto Brasileiro de Economia é a unidade da Fundação Getúlio Vargas que analisa e pesquisa a economia, impulsionando e estimulando o desenvolvimento de negócios públicos e privados de todo o país. A instituição customiza serviços conforme a necessidade de cada cliente e disponibiliza consulta sistemática online da sua produção estatística na forma de banco de dados.

SERVIÇOS CUSTOMIZADOS

- **Preços de Referência** - suporte às áreas de compras na definição de critérios de fixação de preços de referência;
- **Índices de Preços Customizados** suporte aos reajustes de contratos;
- **Projeções** - de variações de preços permitindo viabilizar estratégias relacionadas à dinâmica do mercado;
- **Formulas Paramétricas** - suporte à construção de indicadores da evolução de custos em função do comportamento dos preços de insumos;
- **Estudos Especiais -** Construção de cenários para planejamentos estratégicos e orçamentos.

SERVIÇOS LICENCIADOS

- **FGV Dados** - FGV Dados: banco de dados online que disponibiliza o Índice Geral de Preços (IGP) bem como sua composição;
- **Monitor da Inflação** - um aliado na análise e previsão dos índices oficiais da inflação;
- **Sondagens Econômicas** - da Indústria; do Comércio; da Construção; de Serviços e do Consumidor;
- **Setorial Automobilístico** - direcionado para o acompanhamento da dinâmica de preços relacionados à cadeia produtiva específica deste setor.



Fale Conosco: ibre@fgv.br | 3799-6799 | www.fgv.br/ibre